



Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A.

SEGUROS

CNPJ Nº 33.608.308/0001-73

GRUPO MONGERAL AEGON

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Mongeral Aegon Seguros e Previdência S/A tem a satisfação de apresentar aos seus clientes, parceiros comerciais e acionistas as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2022.

O período foi marcado pelo arrefecimento dos impactos da pandemia do novo coronavírus no Brasil e no mundo, com números significativamente mais leves que os observados no ano anterior. Não obstante o cenário mais favorável, a MAG Seguros intensificou as medidas focadas em três pilares fundamentais, a manutenção de suas vendas, a proteção de sua arrecadação e o controle da subscrição e consequentemente da sinistralidade. Os resultados obtidos no ano são o reflexo do sucesso de todas as medidas adotadas.

A pandemia ampliou a consciência do brasileiro sobre a importância de um planejamento financeiro estruturado, potencialmente quando considerado que os riscos – sobretudo o de morte – ficou mais latente e próximo das pessoas, potencializando as oportunidades de crescimento para o mercado segurador.

Neste sentido, seguindo seu planejamento estratégico, a MAG Seguros realizou significativos investimentos na geração de novos negócios, em infraestrutura, tecnologia, inovação e recursos humanos, buscando a contínua expansão de seus modelos de negócio e níveis ainda mais elevados na prestação de serviços aos seus clientes e parceiros comerciais. A companhia iniciou as operações da sua seguradora 100% digital de seguros on demand, a Simple2U, que nasceu da participação e aprovação no sandbox regulatório em 2020.

Também merece destaque a ampliação de oferta de seguro de vida, por meio da WinSocial, para novos segmentos: HIV, hipertensão, obesidade e diversos tipos de câncer.

A ferramenta de captação, gestão e distribuição de *leads* da companhia por meio de campanhas digitais e inteligência algorítmica – o MAG Leads – se consolidou ao longo do ano e apresentou uma positiva taxa de conversão.

Somado a isso, a plataforma de Venda Digital, ferramenta que permite que os corretores realizem todo processo de comercialização das soluções da companhia de forma totalmente digital, manteve a sua adesão expressiva com mais de 95% das vendas sendo realizadas por este canal.

Para o ano de 2023, a MAG Seguros continuará a intensificar os seus investimentos em infraestrutura e tecnologia, promovendo a inovação, o crescimento e níveis ainda mais elevados na prestação de serviços.

Sob o ponto de vista do capital humano, a seguradora seguirá apostando no desenvolvimento e qualificação dos seus profissionais. A companhia também trabalhará para o aumento da eficiência operacional, da produtividade e para a expansão dos negócios, apostando ainda mais em metodologias ágeis para otimização de tempo, recursos e com foco em garantir a alta qualidade das entregas.

A seguir, serão apresentados os resultados financeiros da MAG Seguros.

DESEMPENHO

Devido às alterações dos registros contábeis das operações do Consórcio do Seguro DPVAT, as análises neste Relatório foram realizadas com ajustes nos períodos anteriores para que as bases fossem comparáveis.

O ano de 2022 da MAG Seguros, apesar dos efeitos sociais e econômicos da pandemia do novo coronavírus, foi muito positivo. A seguradora apresentou crescimento de 19% das Receitas de Prêmios e Contribuições e de 25% das Provisões Técnicas Líquidas de resseguro, que foram de R\$ 2,4 bilhões e R\$ 2,1 bilhões, respectivamente.

O crescimento significativo das receitas demonstra o sucesso alcançado nas estratégias e consolidação dos diferentes modelos de negócio da companhia e no foco em cumprir com o seu Propósito.

Para manter a base comparativa com períodos anteriores, caso considerássemos as receitas apuradas no SICOOB Seguradora, o total das Receitas de Prêmios e Contribuições seria de R\$ 3,7 bilhões, com crescimento expressivo de 18%. O crescimento das receitas está de acordo com a expectativa da Administração, uma vez que, desde março de 2017, todos os novos negócios e renovações gerados pela parceria com o Banco Cooperativo Sicoob S.A. foram implantados no SICOOB Seguradora de Vida e Previdência S/A. O total das Receitas de Prêmios e Contribuições apurado no SICOOB Seguradora foi de R\$ 1,3 bilhão.

Nos últimos dez anos, a companhia apresentou crescimento de 371% das Receitas de Prêmios e Contribuições e de 464% das Provisões Técnicas Líquidas de resseguro.

O resultado líquido da MAG Seguros no ano de 2022 foi positivo em R\$ 144 milhões, apesar dos sinistros relativos ao novo coronavírus. O total de sinistros avisados líquidos de resseguro relativos ao novo coronavírus e doenças respiratórias foi de aproximadamente R\$ 53 milhões. O Lucro Líquido recalculado sem os efeitos desta sinistralidade é de R\$ 176 milhões.

Os Ativos Totais cresceram 22%, superando R\$ 3,3 bilhões. O capital total segurado pela companhia ultrapassou R\$ 875 bilhões, avançando 12%. O Patrimônio Líquido fechou o exercício em R\$ 742 milhões.

REALIZAÇÕES E AMPLIAÇÃO DOS SEGMENTOS DE ATUAÇÃO

A MAG Seguros manteve a sua liderança na distribuição de planos de Previdência Associativa, posição que ocupa desde que foram regulamentados os fundos instituídos para categorias profissionais.

Também vale destaque a liderança no segmento de previdência complementar para servidores públicos, pela distribuição das coberturas de riscos de morte e invalidez aos participantes dos planos de benefícios complementares da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo (PREVCOM), Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (FUNPRESP-EXE), Fundação de Previdência Complementar do Estado do Espírito Santo (PREVES), Fundação de Previdência Complementar do Estado de Minas Gerais (PREVCOM-MG) e Fundação de Previdência Complementar do Brasil Central (PREVCOM-BrC).

Ao longo ano de 2022, a MAG Seguros consolidou importantes modelos de negócio, como o de Cooperativismo e de Parcerias Financeiras, além da conquista de licitações e da expansão da distribuição de seguros coletivos.

A seguradora tem investido cada vez mais nas ações de reforço à sua marca. No ano de 2022, a exposição positiva do Grupo Mongeral Aegon por mídia espontânea foi significativamente superior ao mesmo período de 2021.

A causa da longevidade com qualidade de vida contínua sendo um dos pilares da MAG Seguros. O portal do Instituto de Longevidade Mongeral Aegon continua sendo reconhecido como a referência nacional sobre o assunto, tendo superado mais de 13 milhões de visualizações em 2022.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A MAG Seguros possui Diretoria específica de Controles Internos e Compliance, assim como Comitê de Auditoria. A companhia reforçou os investimentos na atualização e monitoramento de sua matriz de riscos, incrementando os sistemas de monitoramento de ações de prevenção à fraude e combate à lavagem de dinheiro, assim como o monitoramento de pessoas politicamente expostas.

Foram realizados treinamentos aos agentes de Controles Internos e Compliance que atuam dentro das diversas áreas da companhia. Além disso, houve a continuidade ao desenvolvimento de sistema para formação de banco de dados de perdas operacionais.

A companhia também investe, fortemente, no seu Plano de Continuidade de Negócios, garantindo a funcionalidade da operação da seguradora. A prova da eficiência dos investimentos no PCN é o funcionamento remoto de toda a operação da MAG Seguros desde março de 2020, devido à pandemia do novo coronavírus.

Todos os investimentos vêm sendo realizados para o alinhamento às melhores práticas de mercado e às políticas desenvolvidas pela Aegon.

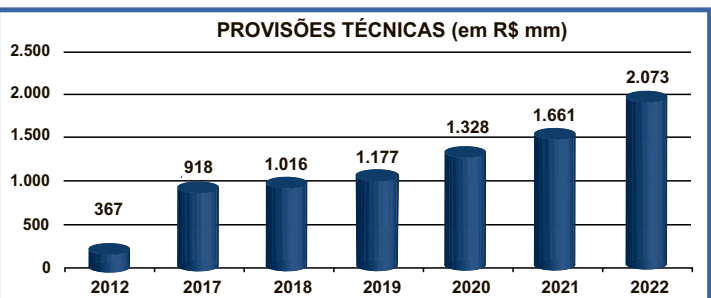
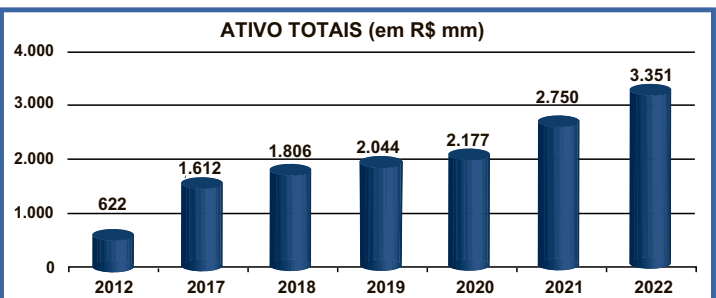
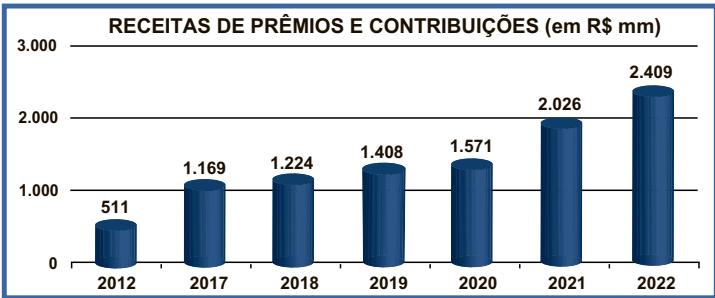
DECLARAÇÃO

Em atendimento à Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021, a MAG Seguros declara sua capacidade financeira para manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento".

AGRADECIMENTOS

A Mongeral Aegon Seguros e Previdência S/A agradece aos seus funcionários, parceiros comerciais e corretores pela dedicação e desempenho, aos seus clientes pela confiança, aos seus acionistas e à SUSEP pelo apoio dispensado.

A Administração



BALANÇOS PATRIMONIAIS					
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais					
Ativo	Nota	2022	2021	Passivo	Nota
Circulante		1.503.719	1.321.722	Circulante	
Disponível				Contas a pagar	
Caixa e bancos		3.232	2.177	Obrigações a pagar	14
Aplicações	7	824.096	757.769	Impostos e encargos sociais a recolher	
Créditos das operações com seguros e resseguros		277.220	231.931	Encargos trabalhistas	
Prêmios a receber	9(a)	161.606	121.045	Empréstimos	20
Operações com seguradoras		1.184	1.184	Financiamentos	23(a)
Operações com resseguradoras	9(c)	101.508	84.456	Impostos e contribuições	
Outros créditos operacionais		12.922	25.246	Débitos de operações com seguros e resseguros	
Créditos das operações com previdência complementar		210.189	155.471	Prêmio a restituir	
Valores a receber	9(b)	104.337	78.656	Operações com seguradoras	
Créditos de resseguros	9(c)	103.862	74.825	Operações com resseguradoras	15(a)
Operações com repasses		1.990	1.990	Corretores de seguros e resseguros	
Ativos de resseguro - provisões técnicas		96.060	94.000	Outros débitos operacionais	
Seguros	18(a)	47.406	47.551	Débitos de operações com previdência complementar	
Previdência		48.654	46.449	Débitos de resseguros	15(b)
Títulos e créditos a receber		33.401	20.117	Operações de repasses	
Títulos e créditos a receber	27	22.508	5.769	Outros débitos operacionais	16
Créditos tributários e previdenciários	25(b)	6.921	11.109	Depósitos de terceiros	18
Outros créditos		3.972	3.239	Provisões técnicas - seguros	
Outros valores e bens		2.795	2.434	Pessoas	
Empréstimos e depósitos compulsórios		1.266	1.260	Vida individual	
Despesas antecipadas		14.626	18.134	Provisões técnicas - previdência complementar	17(a)
Custos de aquisição diferidos		40.834	38.429	Planos bloqueados	
Seguros	18(c)	37.281	35.496	Planos não bloqueados	
Previdência	17(b)	3.553	2.933	PGBL/PRGP	
Não circulante		1.847.761	1.428.107	Outros Débitos	
Realizável a longo prazo		1.519.872	1.176.290	Instrumentos financeiros derivativos	
Aplicações	7	1.348.335	991.440	Passivos de arrendamento	23(b)
Ativos de resseguro - provisões técnicas		22.845	20.070	Não circulante	
Seguros	18(a)	19.508	17.342	Contas a pagar	
Previdência		3.337	2.728	Obrigações a pagar	14
Títulos e créditos a receber		76.125	94.161	Tributos diferidos	25(b)
Créditos tributários e previdenciários	25(b)	44.499	64.166	Empréstimos	20
Depósitos judiciais e fiscais	21(c)	31.626	29.995	Financiamentos	23(a)
Outros Valores e bens		25.056	25.304	Débitos de operações com previdência complementar	
Ativos de direito de uso	23(b)	19.368	19.616	Débitos de resseguros	15(b)
Títulos e bens		5.688	5.688	Provisões técnicas - seguros	18
Empréstimos e depósitos compulsórios		748	651	Pessoas	
Despesas antecipadas		2.800	6.013	Vida individual	
Custos de aquisição diferidos		43.963	38.651	Vida com cobertura por sobrevivência	
Seguros	18(c)	40.096	37.063	Provisões técnicas - previdência complementar	17(a)
Previdência	17(b)	3.867	1.588	Planos bloqueados	
Investimentos		139.247	86.547	Planos não bloqueados	
Participações societárias	11	122.392	69.692	PGBL/PRGP	
Imóveis destinados à venda	10	16.855	16.855	Outros débitos	
Imobilizado	12	61.653	55.562	Provisões judiciais	21
Imóveis de uso próprio		24.219	20.898	Outras Provisões	22
Bens móveis		25.515	23.881	Passivos de arrendamento	23(b)
Outras imobilizações		11.919	10.783	Patrimônio líquido	24
Intangível				Capital social	
Outros intangíveis	13	126.989	109.708	Aumento de capital em aprovação	24(a)
Total do ativo		3.351.480	2.749.829	Reserva de capital	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO										
Em milhares de reais										
	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados			
			Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Legal					
Saldo em 1º de janeiro de 2021	130.939	-	35.815	1.385	17.559	3.919	236.247	(1.657)	-	424.207
Aumento de capital aprovado na AGE de 31 de março de 2021	-	63.393	-	-	-	-	(63.393)	-	-	-
Aumento de capital autorizado pela SUSEP (nota 24a)	63.393	(63.393)	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital conforme AGO/E de 20/08/2021 - Portaria SUSEP Nº 603	-	250.000	-	-	-	-	-	-	-	250.000
Perda não realizada nos títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	(1.008)	-	(1.008)
Realização por depreciação	-	-	-	(79)	-	-	-	-	79	-
Distribuição de dividendos adicionais	-	-	-	-	-	(3.919)	(11.653)	-	-	(15.572)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	(34.155)	-	-	(34.155)
Proposta para absorção do prejuízo: Retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	(34.076)	-	-	34.076
Saldo em 31 de dezembro 2021	194.332	250.000	35.815	1.306	17.559	127.125	(2.665)	(1.657)	-	623.472
Saldos em 1º de janeiro 2022	194.332	250.000	35.815	1.306	17.559	127.125	(2.665)	(1.657)	-	623.472
Transação entre acionistas - Mudança no percentual de participação	-	-	-	-	-	-	-	31.088	-	31.088
Realização por depreciação	-	-	-	(79)	-	-	-	-	79	-
Distribuição de dividendos adicionais	-	-	-	-	-	-	(22.173)	-	-	(22.173)
Aumento de capital autorizado pela SUSEP (nota 24a)	250.000	(250.000)	-	-	-	-	-	-	-	-
Perdas não realizadas nos títulos disponíveis para venda - Próprios	-	-	-	-	-	-	-	(582)	-	(582)
Ganho não realizado nos títulos disponíveis para venda - Coligadas e Controladas	-	-	-	-	-	-	-	262	-	262
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	144.016	144.016
Proposta para destinação do resultado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva	-	-	-	-	7.201	-	-	-	(7.201)	-
Reserva Legal	-	-	-	-	-	-	-	-	(102.670)	-
Retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	(34.224)	(34.224)
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro 2022	444.332	-	35.815	1.227	24.760	207.622	28.103	(1.657)	-	741.859

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO				
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO				
Em milhares de reais, exceto lucro por ação				
	Nota	2022	2021	
Prêmios emitidos	6 (a)	1.729.444	1.388.582	
Contribuições para cobertura de riscos		615.726	574.953	
Variação das provisões técnicas de prêmios		(301.063)	(208.512)	
Prêmios ganhos		2.044.107	1.755.023	
Sinistros ocorridos	26 (a)	(741.225)	(817.640)	
Custos de aquisição - Seguros	26 (d)	(388.029)	(307.050)	
Outras receitas e despesas operacionais - Seguros	26 (c)	15.748	(2.684)	
Resultado com operações de resseguro	26 (b)	67.343	72.171	
		(1.046.163)	(1.055.203)	
Rendas de contribuições e prêmios		64.228	62.413	
Constituição da provisão de benefícios a conceder		(60.764)	(55.119)	
Receitas de contribuições e prêmios de VGBL		3.464	7.294	
Rendas com taxas de gestão e outras taxas		4.853	4.939	
Variação de outras provisões técnicas		(33.697)	(38.034)	
Custos de aquisição - Previdência	26 (d)	(241.739)	(199.235)	
Outras receitas e despesas operacionais - Previdência	26 (e)	(12.137)	(18.056)	
		(282.720)	(250.386)	
Despesas administrativas	26 (f)	(543.585)	(443.198)	
Despesas com tributos	26 (g)	(46.803)	(38.186)	
Resultado financeiro	26 (h)	22.581	(13.679)	
Resultado patrimonial	26 (i)	75.237	8.927	
		(492.570)	(486.136)	
		226.118	(29.408)	
Resultado operacional		(38)	156	
Ganho (perda) com ativos não correntes		-	-	
Resultado antes dos impostos e participações		226.080	(29.252)	
Imposto de renda	25 (a)	(29.739)	13.661	
Contribuição social	25 (a)	(17.343)	9.909	
Participações sobre o lucro		(34.982)	(28.473)	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		144.016	(34.155)	
Quantidade de ações (média ponderada)	24 (d)	28.841.651	26.656.562	
Lucro líquido (prejuízo) por ação, básico e diluído (em R\$)	24 (d)	4.99	(1,28)	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE				
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO				
Em milhares de reais				
	Nota	2022	2021	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		144.016	(34.155)	
Outros resultados abrangentes		-	-	
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado		-	-	
Variação no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda		(969)	(982)	
Efeito do imposto de renda e contribuição social		388	(26)	
Resultado abrangente do exercício		143.435	(35.163)	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA			
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO			
Em milhares de reais			
	Nota	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		144.016	(34.155)
Ajustes ao lucro (prejuízo) líquido:			
Depreciações	12	10.619	10.189
Depreciação de direito de uso	23(b)	7.241	5.887
Amortizações	13	44.888	34.563
Juros provisionados - Passivo de arrendamento	23(b)	1.719	724
Despesa de Juros Empréstimos/Leasing		3.292	6.223
Resultado de equivalência patrimonial	26(i)	(75.237)	(8.927)
R e CSLL diferidos	25(a)	18.912	(23.570)
Participação sobre resultado	25(a)	34.982	28.473
Caixa imobilizado	12		262
Perda por redução de valor recuperável de ativos	26(c,e)	(29.976)	5.641
Provisões judiciais	21(b)	8.689	5.351
Provisão de pro-labore parcerias		45.598	33.455
		241.097	66.496



Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A.

SEGUROS

CNPJ Nº 33.608.308/0001-73



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais

A Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A. ("MAG Seguros", "Seguradora" ou "Companhia") é uma sociedade de capital fechado, com sede no Brasil e matriz domiciliada à Travessa Belas Artes, 15 - Centro, Rio de Janeiro - RJ, que tem como objeto operar seguros de pessoas e planos de previdência privada em todo o território nacional. Aprovada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, sua transformação em uma seguradora de vida e previdência foi publicada no Diário Oficial da União em 7 de abril de 2004, através da Portaria do Ministério da Fazenda nº 69. Pela Portaria nº 3.248, de 20 de maio de 2009, a SUSEP aprovou o acordo de *joint venture* entre a Mongeral e a Aegon Brasil Holding Ltda., que passou a participar em 50% do capital da Seguradora. Em 13 de outubro de 2017 foi aprovada pela SUSEP, através da Portaria nº 7.012, a transferência parcial da carteira de seguro de vida e previdência da Mongeral para a Sicob Seguradora de Vida e Previdência S.A. ("Sicob Seguradora"), publicado no D.O.U. de 17 de outubro de 2017. A autorização para emissão das demonstrações financeiras foi concedida pela Administração da Companhia em 27 de fevereiro de 2023. **1.1 - Impactos causados pela COVID-19:** Desde início de 2020, a Seguradora vem enfrentando os efeitos da pandemia da COVID-19, que gerou incertezas econômicas e impactos adversos nos mercados globais e do Brasil. Visando segurança e saúde públicas os governos tomaram diversas medidas para tentar conter o avanço da pandemia, dentre essas as mais importantes foram o distanciamento social, o uso de máscaras e o desenvolvimento de vacinas. A MAG Seguros tem envidado todos os esforços para o enfrentamento da COVID-19, tendo sido criado em março de 2020 um comitê de crise para viabilizar estratégias para o enfrentamento da doença, adaptação das rotinas de trabalho ao novo cenário, preservação da qualidade de atendimento aos clientes, minimização dos riscos para os seus colaboradores e familiares, e também a continuidade dos negócios. Importante mencionar que em função da situação pandêmica e da condição de risco excluído para os produtos da Seguradora, a MAG Seguros está indenizando os casos de óbitos relacionados à COVID-19, mas sempre respeitando os processos e regras de regulação de sinistros já estabelecidos, mantendo o processo de recuperação junto ao ressegurador. Nesse contexto, observamos um aumento na sinistralidade, principalmente no ramo de Vida em Grupo. As indenizações do início da pandemia até dezembro de 2022 totalizaram R\$ 345.399. Entretanto, não ocorreu um aumento da inadimplência em decorrência da pandemia e também não houve necessidade de liquidação de ativos fora da dinâmica normal da Companhia. Vale ressaltar a solidez e capacidade de adaptação da MAG Seguros ao cenário atual, fatores que vêm contribuindo para que as consequências adversas dessa pandemia gerem o mínimo de impacto possível em momento de crise. **1.2 - Impactos da invasão da Ucrânia pela Rússia:** A invasão russa na Ucrânia, juntamente com a imposição de sanções internacionais, tem um impacto econômico generalizado. Os negócios no Brasil podem ser severamente impactados pela interrupção da cadeia de suprimentos, volatilidade do mercado, risco de pagamento e aumento dos custos de *commodities* resultantes da invasão. O impacto é agravado pela decisão de algumas empresas globais de limitar ou cessar as operações na Rússia. A Administração da Seguradora está avaliando os impactos, porém até a data da emissão das demonstrações financeiras não houve ajustes a serem divulgados.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

(a) Bases de preparação: As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 648/2021, os pronunciamentos técnicos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) (doravante "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP"), bem como evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As políticas contábeis significativas aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 3. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de certos ativos e passivos financeiros, é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Seguradora no processo de aplicação das políticas contábeis. Aqueles áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais, estão divulgadas na Nota 5. **(b) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Seguradora são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia.

3. Resumo das políticas contábeis significativas

As políticas contábeis significativas aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário. **(a) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e, não, para investimento ou outros propósitos. **(b) Ativos financeiros:** A classificação dos ativos financeiros depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação dos ativos financeiros na data inicial de aquisição dos ativos e reavalia a sua classificação a cada data de balanço. A Seguradora classifica seus ativos financeiros conforme as seguintes categorias: **(i) Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de negociação no curto prazo, sendo reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Esses ativos são mensurados ao custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos, e avaliados subsequentemente ao valor justo, com variações no valor justo reconhecidas imediatamente no resultado do exercício. Os custos de transação incorridos na aquisição dos ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício conforme incorridos. Os títulos nessa categoria são classificados no ativo circulante independentemente da data de vencimento do título. Os ajustes diários, positivos ou negativos, das operações no mercado futuro de taxa de juros e índice IBOVESPA são apropriados ao resultado e registrados, respectivamente, na rubrica "Receitas financeiras ou Despesas financeiras". Os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações no "mercado futuro" estão alocados em um fundo de investimento especialmente constituído, sendo os mesmos avaliados a mercado. **(ii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** Ativos financeiros designados no momento da aquisição com esta classificação não são passíveis de negociação, tal designação se dará quando a Seguradora tiver a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa desconsiderando a existência desses títulos. Os instrumentos financeiros com esta classificação contábil são apresentados no ativo circulante e não circulante da Companhia, de acordo com o vencimento do título, e são avaliados pelo seu valor justo na data da aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data-base das demonstrações financeiras, calculados com base na taxa efetiva de juros dos respectivos títulos. **(iii) Ativos disponíveis para venda:** A Seguradora classifica nesta categoria todos os ativos financeiros, não derivativos, que não sejam designados em uma das outras duas categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é realizado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. A mensuração dos ativos financeiros a valor justo é baseada em informações disponíveis na data-base da mensuração, ou seja 31 de dezembro de 2022, e não são afetadas por eventos subsequentes. **(iv) Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 (doze) meses após a data-base do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como saldo de prêmios a receber de segurados, são classificados pela Seguradora nesta categoria e são mensurados inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, valorizados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros deduzidos da provisão de redução ao valor recuperável (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidos ao valor faturado através da emissão da apólice, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessário. **(c) Reconhecimento e mensuração de contratos de seguro:** A Seguradora classifica como contratos de seguros todos as apólices e contratos das modalidades dos ramos de acidentes pessoais individual e coletivos, vida em grupo, prestamista, renda de eventos aleatórios, doenças graves, vida individual, auxílio funeral, perda de certificado de habilitação e seguro de vida do produtor rural. Os prêmios, as contribuições e os custos de aquisição diferidos são registrados quando da emissão das apólices ou faturas, líquidos dos respectivos custos de emissão, sendo a parcela de prêmios ganhos reconhecida no resultado, de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. **(d) Ativos e passivos de resseguros:** Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores e *curtos e a longo prazo* (incluindo a estimativa da parcela de sinistros ocorridos e não avisados). Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e com os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios cedidos em contratos de resseguro. Quaisquer ganhos ou perdas originados na contratação inicial de resseguro são amortizados durante o período de expiração do risco dos contratos. A Seguradora analisa a recuperabilidade dos ativos de resseguro regularmente. Se houver evidência objetiva de perda no valor recuperável, a Seguradora deve reduzir o valor contábil do ativo de resseguro ao seu valor estimado de recuperação e reconhecer imediatamente qualquer perda no resultado. Por possuir operações de cessão em resseguro apenas com resseguradores com boas notas segundo as principais agências de *rating*, não há histórico de valores não recuperados junto aos resseguradores. Desta forma, não há necessidade de se realizar provisão para perdas com o valor recuperável sobre os ativos de resseguro da Seguradora. **(e) Provisões técnicas:** As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguros e planos previdenciários são constituídas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às sociedades autorizadas a funcionar pela SUSEP, de acordo com as determinações da Resolução CNSP nº 432, de 19 de novembro de 2021 e Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021 e suas respectivas alterações posteriores, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuais: **(i) Seguros e Previdência Complementar:** • Provisão para Prêmios Não Ganhos (PPNG). A provisão de prêmios não ganhos é constituída pelas parcelas de prêmios, correspondente aos períodos de riscos a decorrer, calculado pelo método "pro rata die", de acordo com as normas da SUSEP para os seguros de pessoas. A provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE) tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos referentes aos riscos assumidos, mas ainda não emitidos e é calculada com base em nota técnica atuarial específica. • Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder (PMBAC) e de Benefícios Concedidos (PMBCC). As provisões que estão vinculadas aos produtos na modalidade de benefício definido representam o valor presente dos benefícios futuros, estimados com base em pressupostos atuariais e taxas de juros quando o plano estiver estruturado no regime financeiro de capitalização, ou no de repartição de capitais de coberturas quando da concessão da renda. As provisões que estão vinculadas aos produtos na modalidade de contribuição variável, como os seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL) e aos planos de previdência (PGBL), representam o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamentos e de outros encargos contratuais, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundo de investimentos especialmente constituídos (FIE's). A provisão matemática de benefícios a conceder refere-se aos participantes cuja percepção dos benefícios ainda não foi iniciada, enquanto que a provisão matemática de benefícios concedidos refere-se aqueles cuja percepção dos benefícios já foi iniciada.

Abaixo, segue a composição dos encargos e taxa de carregamento das modalidades de seguros e previdência:

Pro- duto	Descrição	Taxa de juros	Taxa de carregamento	Tábuas	Modali- dade
1510	Prazo Certo - Term Life	4%	30%	CSO 80	Seguros
2391	Whole Life	1,5% - 2,0% - 2,5%	5% - 10%	BR-EMS / Alvaro Vindas	Seguros
2392	Whole Life 10 Anos	1,5% - 2,0% - 2,5%	5% - 8%	BR-EMS / Alvaro Vindas	Seguros
2393	Whole Life Decrescente	1,5% - 2,0% - 2,5%	5% - 10%	BR-EMS / Alvaro Vindas	Seguros
2394	Whole Life Decrescente 10 Anos	1,5% - 2,0% - 2,5%	5% - 8%	BR-EMS / Alvaro Vindas	Seguros
2395	Term Life	1,5% - 2,0% - 2,5%	10%	BR-EMS / Alvaro Vindas	Seguros
2579	Vida Inteira Resgatável - Morte - 10 Anos	2,5%	12% - 19% - 21% - 27% - 30%	AT 83 / Alvaro Vindas / Experiência Própria	Seguros
2584	Vida Inteira Resgatável - Morte - Decrescente - 10 Anos	2,5%	12% - 19% - 21% - 27% - 30%	AT 83 / Alvaro Vindas / Experiência Própria	Seguros
2594	Vida Inteira Resgatável - Morte - Decrescente	2,5%	12% - 19% - 21% - 27% - 30%	AT 83 / Alvaro Vindas / Experiência Própria	Seguros
2595	Vida Inteira Resgatável - Morte	2,5%	12% - 19% - 21% - 27% - 30%	AT 83 / Alvaro Vindas / Experiência Própria	Seguros
2009	Renda por Invalidez	2,5%	30%	AT2000 / Alvaro Vindas	Previdência
2390	Pensão por Morte	2,5%	30%	CSO 80	Previdência

• Provisão de Resgates ou Outros Valores a Regularizar (PVR): Abrange os valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de contribuições ou prêmios e às portabilidades solicitadas e, por qualquer motivo, ainda não transferidas para a entidade aberta de previdência complementar ou sociedade seguradora receptora. • Provisão de Excedentes Financeiros (PEF): É constituída para os planos de previdência, seguros de vida individual e seguros de vida com cobertura por sobrevivência que concedem aos participantes garantia mínima de rentabilidade e crédito de parcela dos rendimentos que excedem os juros e/ou à atualização monetária garantidos nos planos, conforme estabelecido em cada contrato. • Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL): A provisão de sinistros a liquidar para seguros de pessoas corresponde à melhor estimativa da Seguradora do valor a ser pago, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço e atualizada monetariamente nos termos da legislação em vigor para os planos de seguros de pessoas. Nesta provisão também são contemplados os valores resultantes de demandas judiciais. • Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR): A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados é constituída conforme nota técnica atuarial, com base na experiência histórica entre as datas de ocorrência e de registro dos sinistros, de acordo com a legislação vigente. Também devem ser considerados nesta provisão os valores estimados pela Seguradora referentes às demandas judiciais. • Provisão de Despesas Relacionadas (PDR): A PDR é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos às despesas relacionadas a sinistros e é calculada conforme nota técnica atuarial específica. **(f) Custos de aquisição diferidos:** De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aspectos regulatórios do setor, somente as comissões e certos custos originados de contratos são diferidos de acordo com o prazo de vigência das apólices. As despesas de comercialização são registradas quando da emissão das apólices e apropriadas ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O diferimento destas despesas é realizado por meio da mesma metodologia utilizada para o diferimento do prêmio de seguro relacionado. Em atendimento à Circular SUSEP nº 648/21, a Seguradora recalculou o prazo médio de permanência dos clientes da carteira de previdência e de seguros de vida, sendo, o prazo de diferimento dos custos de aquisição diferidos de 48 meses para previdência e seguro de vida individual e 12 meses para os seguros de vida em grupo. **(g) Reconhecimento de sinistros, benefícios e despesas:** Os sinistros/benefícios decorrentes dos ramos de seguros de acidentes pessoais individual e coletivos, vida em grupo, prestamista, renda de eventos aleatórios, doenças graves, vida individual, auxílio funeral, perda de certificado de habilitação e seguro de vida do produtor rural, incluem todos os eventos que ocorrem durante o exercício, avisados ou não, os respectivos custos internos e externos com tratamento de sinistros diretamente relacionados ao processamento e liquidação dos mesmos e eventuais ajustes de sinistros a liquidar de períodos anteriores. **(h) Investimento em controladas:** As participações acionárias em controlada e controlada em conjunto estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial e são apresentadas nas demonstrações do resultado sob a rubrica "Resultado Patrimonial". **(i) Imóveis destinados à renda:** Os imóveis destinados à renda (propriedades para investimento) estão avaliados a custo deduzidos da depreciação acumulada. O valor de mercado (nota 10) é determinado apenas para fins de divulgação. **(j) Imobilizado:** Terrenos e edificações compreendem os escritórios de propriedade da Seguradora. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico mais reavaliação, menos depreciação

acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. A Seguradora optou por manter até sua realização, o saldo de reserva de reavaliação de imóveis existente em 1º de janeiro de 2008, conforme permitido pelo CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado, quando incorridos. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada e, como segue:

Edificações	25 anos
Equipamentos de informática e telecomunicação	5 anos
Sistemas aplicativos	5 anos
Móveis, máquinas e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos

(k) Intangível: O intangível refere-se aos custos com desenvolvimento de sistemas diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia cuja amortização se dará linearmente pelo prazo máximo de dez anos. Encontra-se classificado no Intangível todos os sistemas que estão sendo desenvolvidos pela Companhia. **(l) Recuperabilidade de ativos financeiros:** Por ocasião de encerramento de balanço, a Seguradora avalia se há evidências objetivas de que um determinado ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos originados pela não recuperabilidade do ativo são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos. **(m) Recuperabilidade de ativos contabilizados ao custo amortizado:** Quando houver evidência clara da ocorrência de perda de valor recuperável de ativos contabilizados ao custo amortizado, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas, mas ainda não incorridas), descontada à taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. A Seguradora inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda de valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativo, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se for concluído que não existe real evidência de perda de valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e os avalia em conjunto com relação à perda de valor recuperável. Eventual perda no valor recuperável é sempre avaliada na data de encerramento do balanço. Para fins de *impairment*, a Companhia designa os prêmios de seguros e contribuições de previdência a receber nesta categoria. A provisão para redução do valor recuperável sobre prêmios e contribuições a receber, para os produtos de vida individual, é constituída com base em estudo técnico que leva em consideração o histórico de perdas e os riscos de inadimplência da Companhia. Para os produtos de vida grupal, a provisão é constituída para os itens vencidos acima de 60 dias da data de vencimento do crédito, conforme estabelece a Circular SUSEP nº 648/21. Se, em período subsequente, houver redução no montante da perda no valor recuperável claramente relacionada a um evento ocorrido após o seu reconhecimento, haverá reversão do valor constituído. Qualquer estorno subsequente de perda no valor recuperável é reconhecido na demonstração do resultado, na medida em que o valor contábil do ativo não ultrapasse o seu respectivo custo amortizado na data do estorno.

(n) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos: Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido. Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240.000,00 anuais. A provisão para contribuição social das sociedades seguradoras é constituída à alíquota de 15%. Em cumprimento à Lei 14.446/2022 a alíquota de CSLL de 16% no período de agosto a dezembro de 2022 retornando à alíquota original de 15% a partir de janeiro de 2023. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida. **(o) Arrendamentos:** O custo do ativo de direito de uso deve compreender o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento ao valor presente. O passivo de arrendamento deve ser mensurado ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que ainda não foram efetuados. De acordo com CPC, o arrendatário deve apresentar despesas de juros sobre o passivo de arrendamento separadamente do encargo de depreciação para o ativo de direito de uso. Os ativos de direito de uso estão relacionados à locação de imóveis e aquisição de bens para uso da companhia. Os contratos de arrendamento por *leasing* transferem parcela substancial dos riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Os bens objeto desses contratos são reconhecidos como ativos e depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo. Os contratos de locação de imóveis são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento descontado a valor presente por indexador existente no contrato considerando a vigência do mesmo. Os contratos de aluguel com prazo indeterminado são calculados considerando a média por tempo de permanência de contrato. Os valores atualmente registrados nas linhas de Ativos de direito de uso e Passivos de arrendamento estão divulgados na Nota 22. **(p) Outras provisões, ativos e passivos contingentes:** Segundo o CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, uma provisão contingente de natureza trabalhista, civil e tributária, é reconhecida quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de evento passado, cujo valor tenha sido estimado com segurança e que seja provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. Quando alguma destas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão. As ações são classificadas de acordo com as perspectivas de perda da Seguradora em "provável", "possível" ou "remota". As regras de provisionamento das ações relacionadas a sinistros e benefícios para cada uma das classificações, foram desenvolvidas a partir de estudos estatísticos baseados no histórico de processos administrativos e judiciais da Companhia tendo em vista os resultados favoráveis e desfavoráveis. Esse estudo é atualizado a cada data de balanço. Em 31 de dezembro de 2022 os percentuais aplicados às classificações "provável", "possível" ou "remota" foram 91,70%, 37,15% e 0,68%, respectivamente (2021 – 80,34%, 37,88% e 0,91%, respectivamente). No que se refere às ações de natureza trabalhista, tributária e civil não relacionada a sinistros e benefícios, apenas as ações com prognóstico de perda "provável" são objeto de provisionamento integral do valor em risco. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável. Os depósitos judiciais realizados em garantia das ações em curso são contabilizados na rubrica "depósitos judiciais e fiscais" no ativo realizável a longo prazo. Os depósitos judiciais de natureza fiscal são atualizados monetariamente com base na variação da taxa do sistema especial de liquidação e custódia (SELIC). Os depósitos de natureza civil e trabalhista são atualizados monetariamente com base no índice da poupança. O valor da atualização é reconhecido na demonstração do resultado como receita financeira. **(q) Teste de Adequação do Passivo (TAP):** Conforme requerido pelo pronunciamento CPC 11 – Contratos de Seguros, em cada data de balanço, a Companhia elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes na data-base. O teste avalia as obrigações decorrentes de contratos e certificados de seguros e planos previdenciários durante o período de vigência das apólices e término de cobertura dos contratos vigentes. Dessa forma, são avaliadas as obrigações decorrentes dos contratos e certificados cuja vigência tenha se iniciado até a data-base do teste, excluindo-se, os planos com estrutura meramente financeira, durante o prazo de diferimento, que prevejam benefícios exclusivamente sob forma de renda certa. O teste tem por finalidade verificar se os passivos relacionados aos contratos de seguro estão adequados, isto é, se o montante dos valores provisionados deduzido das despesas de comercialização diferidas (DCD) e dos ativos intangíveis relacionais (AIR) é compatível com as estimativas correntes de fluxos de caixas futuros. Caso o resultado do teste aponte alguma insuficiência, esta deverá ser reconhecida diretamente no resultado mediante ajuste nos valores contabilizados de provisões técnicas. A Seguradora elaborou metodologia que representa a melhor estimativa de todos os fluxos de caixas futuros, utilizando premissas atuais, realistas e não viesadas, incluindo também as despesas incrementais e acessórias de liquidação de sinistros. Os cálculos foram realizados pela Companhia brutos e líquidos de resseguro utilizando como premissa de sobrevivência e morte a tábua biométrica BR-EMS e para premissa de invalidez 40% da tábua Alvaro Vindas. Utilizou-se as estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ - TR, IGPM e IPCA) livre de risco definidas pela SUSEP para descontar a valor presente as estimativas correntes dos fluxos de caixas futuros. A taxa de juros contratada para os ativos está adequada com o que foi contratado para os passivos. O teste de adequação de passivos de 31 de dezembro de 2022 indicou que as provisões constituídas nesta data-base, deduzidas das despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis relacionados, são suficientes para garantir o valor presente esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos de seguro descontados pela estrutura a termo da taxa de juros livre de risco e acrescidas da mais-valia dos ativos garantidores marcados como mantidos até o vencimento, não havendo necessidade de ajuste nas provisões da Seguradora. **(r) Benefícios a empregados - Obrigações de aposentadoria:** A Companhia é patrocinadora de planos de benefícios a empregados participantes, estruturados nas modalidades de contribuição definida (Plano de Benefícios Mongeral) e contribuição variável (Plano de Benefícios nº 3). Entende-se por plano de benefícios de caráter previdenciário na modalidade de contribuição definida aquele cujos benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta mantido em favor do participante, inclusive na fase de percepção de benefícios, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos. Entende-se por plano de benefícios de caráter previdenciário na modalidade de contribuição variável aquele cujos benefícios programados apresentem a conjugação das características das modalidades de contribuição definida e benefício definido. Para a determinação do passivo da Seguradora é adotado o método de capitalização financeira. De acordo com o disposto no CPC 33 – Benefícios a empregados, o método adotado para determinação das obrigações a serem reconhecidas no balanço da Patrocinadora é o do Crédito Unitário Projetado. A Companhia faz contribuições para os planos de Benefícios Mongeral e Plano de Benefício nº 3, planos administrados pelo Mongeral Aegon Fundo de Pensão, uma Entidade Fechada de Previdência Complementar. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. **(s) Reconhecimento de receita:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera que a contabilização dos prêmios de seguros ocorre na data de emissão das apólices. Os prêmios de seguros e os correspondentes custos de aquisição diferidos são reconhecidos no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. As receitas de prêmios de seguros são apropriadas ao resultado quando da emissão das respectivas apólices de seguro e diferidas para apropriação, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos. As receitas e os custos relacionados às apólices com faturamento mensal, cuja emissão da fatura ocorre no mês subsequente ao período de cobertura, são reconhecidos por estimativa, calculados com base no histórico de emissão. Os valores estimados são mensalmente ajustados quando da emissão da fatura/apólice. As receitas de planos previdenciários e seguros de vida com cobertura de sobrevivência são reconhecidas quando ocorre o efetivo recebimento e são constituídas as provisões técnicas, exceto as receitas para cobertura de riscos nos casos de planos de previdência conjugados, as quais, passaram a ser registradas pelo período de vigência do respectivo risco, independente do seu recebimento. Os saldos relativos aos riscos vigentes e não emitidos são calculados conforme metodologia definida em nota técnica atuarial. A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido usando o método da taxa efetiva de juros. As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido, como resultado de perda por *impairment*, a Seguradora reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuro, descontado pela taxa efetiva de juros e continua reconhecendo juros sobre estes ativos financeiros como receita de juros no resultado do exercício. **(t) Resultado por ação:** Em atendimento ao CPC 41 – Resultado por ação, a Companhia apresenta o resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela média ponderada das ações disponíveis ao longo do exercício. Em 31 de dezembro de 2022 a Mongeral Aegon não possuía instrumentos patrimoniais que deveriam ser considerados para fins de cálculo do lucro por ação diluído. Desta forma, não há diferenças no cálculo do lucro por ação básico e diluído, nos termos do CPC 41 – Resultado por Ação. **4 Normas novas, alterações e interpretações de normas - (i) CPC 50 – Contrato de Seguros:** O CPC 50 (IFRS 17) substituirá a orientação sobre contratos de seguros que existe atualmente. A norma reflete a visão de que um contrato de seguro combina características de um instrumento financeiro e de um contrato de serviço. Além disso, muitos contratos de seguros geram fluxos de caixa com variabilidade substancial durante um longo período. De acordo com essa norma, uma entidade retrata a receita pela transferência da cobertura e de outros serviços prometidos a um valor que reflita a contraprestação a qual a entidade espera ter direito em troca de serviços. Isto significa que a entidade exclui da receita de seguro quaisquer componentes de investimento e reconhece a receita de seguro em cada período conforme satisfaz as obrigações de desempenho previstas nos contratos de seguros. O CPC 50 passará a vigorar em 1º de janeiro de 2023, conforme orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). No entanto, a norma ainda não foi aprovada pela SUSEP para aplicação pelas seguradoras brasileiras. **(ii) Circular 666/2022 - Requisitos de Sustentabilidade:** Em 27 de junho de 2022, a SUSEP publicou a Circular SUSEP nº 666, que dispõe sobre os requisitos de sustentabilidade a serem observados pelas sociedades seguradoras. O normativo chama a atenção para os riscos de sustentabilidade, de forma a assegurar a efetiva integração no processo de gestão de riscos e estimular que aspectos de sustentabilidade sejam considerados na tomada de decisão das Companhias, com objetivo de fomentar uma atuação cada vez mais resiliente e sustentável do mercado segurador. A norma entrou em vigor em 1º de agosto de 2022, com prazos para adequação permeando os anos de 2023 a 2025. A Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A., possui área dedicada para implementar as ações em atendimento à Circular SUSEP nº 666/2022.

5. Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis
A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro das estimativas contábeis, quando aplicável. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Seguradora revisa suas estimativas e premissas pelo menos semestralmente. **(a) Provisões técnicas - Seguros de vida e planos previdenciários com cobertura de risco:** Para contratos de seguro dos ramos de seguros de vida e planos previdenciários com coberturas de risco, estimativas são feitas para o custo final esperado dos sinistros e eventos incorridos e a ocorrer, considerando a parcela dos riscos vigentes ou que ainda não tenham sido extintos. No caso de sinistros e eventos já ocorridos, estima-se as parcelas de sinistros avisados e pendentes de liquidação (PSL) e de sinistros ocorridos mas ainda não avisados (IBNR) na data do balanço. O custo final de sinistros e eventos ocorridos é estimado utilizando técnicas atuariais de triângulos de *run-off*, conforme definido em nota técnica atuarial. A principal premissa considerada para estas referidas técnicas é a de que a experiência passada sobre sinistros e eventos da Companhia pode ser utilizada para projetar sinistros e eventos futuros e, assim, os custos finais dos sinistros e eventos. Desta forma, esses métodos extrapolam o comportamento de sinistros incorridos e avisados, custos médios por sinistro e número de sinistros com base no comportamento observado nos exercícios anteriores, quando aplicável, e índices esperados de perdas. O comportamento histórico de sinistros e eventos é analisado tipicamente com base nos anos das ocorrências, podendo ser analisado em maiores detalhes por principal linha de negócio e tipo de sinistro e evento. As premissas utilizadas são aquelas implícitas nos dados sobre comportamento histórico de sinistros e eventos nos quais as projeções se baseiam, não sendo consideradas premissas sobre taxas futuras de inflação para sinistros e eventos ou de taxas de perdas. Julgamento qualitativo adicional é utilizado para avaliar a extensão em que tendências passadas podem não se aplicar no



SEGUROS

Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A.

CNPJ Nº 33.608.308/0001-73

GRUPO MONGERAL AEGON

futuro (por exemplo, para refletir ocorrências únicas, mudanças em fatores externos ou de mercado, como comportamentos do público em relação aos sinistros e eventos, condições econômicas, níveis de inflação para sinistros e eventos, decisões judiciais e legislação, bem como fatores internos como composição de carteira, características da apólice e procedimentos para tratar sinistros e eventos) de forma a determinar o custo final estimado de sinistros e eventos considerados remotos, possíveis e prováveis, levando em conta todas as incertezas envolvidas. Outra estimativa utilizada refere-se ao percentual de RVNE utilizado para o complemento das Provisões de Prêmios Não Ganhos (PPNG) para os planos de seguros e previdência. Este percentual é estimado considerando a relação entre a média dos prêmios não ganhos em atrasos observados e os prêmios comerciais retidos no mês de competência. **(b) Custos de aquisição diferidos:** Em atendimento à Circular SUSEP nº 648/21, a Seguradora recalculou a estimativa do prazo médio de permanência dos clientes da carteira de previdência e de seguros de vida, sendo, o prazo de diferimento dos custos de aquisição de 48 meses para previdência e seguro de vida individual e 12 meses para os seguros de vida em grupo. A estimativa considera, principalmente, a experiência passada da Seguradora. **(c) Avaliação da obrigação por benefícios a empregados:** Os custos relativos aos planos patrocinados do Mongeral Aegon Fundo de Pensão são determinados anualmente pela avaliação atuarial, elaborado pelo atuário responsável pelos planos de benefícios. A avaliação atuarial utiliza premissas sobre taxas de juros, inflação, crescimento salarial, taxas de mortalidade e de invalidez (nota 3(r)). **(d) Provisão para recuperação de ativos de seguros, cossegueros e ressegueros:** Essas provisões são fundamentadas em análise do histórico de perdas monitorado pela Administração, sendo constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização dos valores a receber relativos a operações com seguros, cossegueros e ressegueros. A Companhia constituiu provisão de valores recuperáveis para a operação de seguros. Em relação a ressegueros, não houve indícios que os valores a receber não seriam recuperados. **(e) Vida útil dos ativos imobilizado e intangível:** A depreciação ou amortização dos ativos imobilizado e intangível considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil. **(f) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa semestralmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **(g) Tributos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados. A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do tributo diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. **(h) Provisões para contingências:** A Seguradora está sujeita a reivindicações legais, cíveis e trabalhistas cobrindo assuntos que advém do curso normal das atividades de seus negócios, sendo que a avaliação dos riscos envolvidos, envolve considerável julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

6. Gestão de risco de seguro e risco financeiro - (a) Gestão de risco de seguro: O principal risco para a Seguradora nos contratos de seguro é o de que sinistros e pagamentos efetivos de benefícios a sua época não correspondam às expectativas. Isso é influenciado pela frequência dos sinistros, gravidade dos sinistros, benefícios efetivamente pagos e histórico de sinistros de longo prazo. Desta forma, o objetivo da Companhia é o de assegurar a disponibilidade de reservas suficientes para cobrir esses passivos. A exposição de risco acima é reduzida por meio da diversificação em uma carteira de contratos de seguros, por meio da seleção criteriosa e implementação de diretrizes sobre a estratégia de subscrição, bem como o uso de contratos de resseguro firmados junto a resseguradores locais (IRB Brasil Resseguros S.A., Munich Re do Brasil Resseguradora S.A., Scor Brasil Resseguros S.A. e Swiss Re Brasil Resseguros S.A.) e resseguradores admitidos (Hannover Rück SE, Münchener Rückversicherungs-Gesellschaft Aktiengesellschaft in München, Scor Global Life Americas Reinsurance Company e Swiss Reinsurance Company LTD). A Companhia adquire resseguro somente com resseguradores locais e admitidos, solventes, comprovadamente, através das agências de classificação de risco listadas pela SUSEP e ainda atendendo ao índice mínimo de risco requerido em conformidade com as leis do país como parte do seu programa de redução de riscos. Atualmente possui cobertura de resseguro para a grande maioria das coberturas de sua carteira, cada qual com sua particularidade/regra de acordo com a necessidade (coberturas em que não possui relativa experiência) e/ou linha de negócio. O resseguro cedido é colocado em bases proporcionais e não proporcionais. Valores a recuperar junto às resseguradoras estão provisionados em linha com a provisão de sinistros a liquidar, e de acordo com os contratos de resseguro vigentes à época de cada evento. Apesar da Companhia apresentar contratos de resseguro, não está isenta das suas obrigações diretas frente aos detentores de apólices, existindo assim uma exposição de crédito em relação ao risco cedido, na extensão em que cada resseguradora não possa satisfazer suas obrigações assumidas por força dos contratos de resseguro. Dos riscos cedidos em resseguro, mais de 70% destinam-se aos resseguradores locais e os demais distribuídos entre os resseguradores admitidos.

RESSEGURADORES POR CATEGORIA DE RISCO			
Nome Ressegurador	Tipo de Atuação	Agência Classificadora	Classificação de Risco
3162-3 - IRB BRASIL RESSEGUROS S.A.	Local	A. M. Best Company	A-
3155-1 - SCOR BRASIL RESSEGUROS S.A.	Local	Standard & Poor's	A+
3827-0 - SWISS RE BRASIL RESSEGUROS S.A.	Local	Standard & Poor's	AA-
3772-9 - MUNICH RE DO BRASIL RESSEGURADORA S.A.	Local	Moody's	Aa3
4149-1 - HANNOVER RÜCK SE	Admitida	Standard & Poor's	AA-
4279-0 - SWISS REINSURANCE COMPANY LTD	Admitida	Standard & Poor's	AA-
4466-1 - SCOR GLOBAL LIFE AMERICAS REINSURANCE COMPANY	Admitida	Standard & Poor's	A+
4818-6 - MÜNCHENER RÜCKVERSICHERUNGS-GESELLSCHAFT AKTIENGESSELLSCHAFT IN MÜNCHEN	Admitida	Moody's	Aa3

Entre os produtos de seguros e previdência atualmente comercializados, destacam-se os produtos de risco da linha "Vida Toda" temporários de 5 a 20 anos, produtos com cobertura vitalícia, estruturados nos regimes financeiros de capitalização, repartição simples e de capitais de cobertura, pagos de forma única e sob a forma de renda. Existem ainda produtos voltados para a terceira idade e para policiais com taxas ajustadas aos perfis de risco, coberturas para funeral e serviços diversos. Para a gestão dos riscos de seguros, a Seguradora revisa suas políticas de subscrição pelo menos uma vez ao ano. Em geral, elas são divididas em políticas de riscos individuais, riscos coletivos e produtos instituídos, havendo desdobramentos especiais para parcerias estratégicas. As políticas são elaboradas e revistas pela Diretoria Técnica através do acompanhamento sistemático do resultado dos produtos, nichos e carteiras. Há limites diferenciados de capital segurado por cobertura, região, ramo, idade e profissão. Estes documentos são aprovados pela diretoria executiva e pela presidência da Seguradora. Visando a melhor diversificação possível, a Seguradora tem aumentado suas opções de produtos e coberturas, a fim de explorar novos nichos e aumentar sua competitividade e penetração em todo o território nacional. Os principais ramos em que a Seguradora opera e seus indicadores de desempenho são:

Ramo	31 de dezembro de 2022			31 de dezembro de 2021		
	Prêmios Emitidos Líquidos	Índice de Sinistralidade	Índice de Comissio-namento	Prêmios Emitidos Líquidos	Índice de Sinistralidade	Índice de Comissio-namento
Acidentes pessoais coletivos	252.150	19%	21%	204.110	14%	21%
Acidentes pessoais individuais	58.258	16%	21%	49.575	14%	21%
Auxílio funeral	42.787	25%	21%	38.749	30%	21%
Doenças graves ou doença terminal	111.891	20%	21%	89.147	12%	21%
Perda de certificado de habilitação de voo	2.941	14%	21%	2.774	132%	21%
Dotal misto	14.505	-	21%	17.179	-	21%
Prestamista	102.597	41%	21%	85.266	64%	21%
Renda de eventos aleatórios	199.067	26%	21%	181.153	17%	21%
Educacional	(15)	-	21%	15	-	21%
Vida em grupo	229.235	97%	21%	184.355	150%	21%
Vida individual	716.028	9%	21%	536.259	14%	21%
	1.729.444			1.388.582		

O índice de comissionamento foi calculado a partir do comissionamento médio real pago pela Seguradora. Com relação a alguns riscos corridos pela Seguradora, há o risco de conversibilidade. Apesar da experiência de baixa conversibilidade em renda acompanhar a média do mercado, é possível que em um médio prazo esta taxa possa aumentar. A Seguradora qualifica este risco como muito baixo, tendo em vista a carteira de produtos existente. Espera-se o mesmo impacto com relação à taxa de juros, tendo em vista o nível estimado para o longo prazo para cada um dos indexadores financeiros e a utilização de percentuais mais baixos já adotados por esta Seguradora em seus produtos. A expectativa de aumento da longevidade é fato indiscutível no mundo inteiro. Por isto, a Seguradora acompanha o movimento mundial incrementando também a sua expectativa de longevidade, diminuindo assim sua exposição a este risco. A inflação é um risco bastante mitigado pela política interna de investimentos e gestão do casamento de ativos e passivos. Acompanham-se sistematicamente os impactos gerados nos excedentes financeiros dos contratos de seguros. Porém, como poucos são os planos que o preveem e dado o baixo nível de conversibilidade, este é considerado como de baixo impacto. As potenciais exposições e/ou concentrações de riscos são monitoradas por relatórios gerenciais, observadas a localidade e linha de negócios. Estes apontam as ações corretivas a serem aplicadas na região e/ou linha de negócio, quando necessárias. O quadro abaixo exhibe a concentração do risco, na região e no ramo de seguro, baseados no prêmio bruto e líquido de resseguro.

Ramos	Distribuição de prêmio bruto de resseguro 31 de dezembro de 2022					
	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total Geral
Acidentes pessoais coletivos	10.144	10.824	2.877	191.604	36.701	252.150
Acidentes pessoais Individuais	5.934	5.069	845	37.767	8.643	58.258
Auxílio Funeral	3.149	2.334	446	30.365	6.493	42.787
Doenças graves ou Doença Terminal	10.798	10.054	3.332	72.129	15.578	111.891
Perda de Certificado de Habilitação de voo	131	28	12	2.713	57	2.941
Dotal Misto	1.106	1.698	220	7.325	4.157	14.506
Prestamista	5	416	-	88.647	13.529	102.597
Renda de eventos aleatórios	18.768	39.932	9.524	94.187	36.655	199.066
Educacional	-	-	-	(15)	-	(15)
Vida em Grupo	8.288	6.370	2.385	174.735	37.458	229.236
Vida Individual	50.551	51.220	8.210	533.856	72.190	716.027
Total	108.874	127.945	27.851	1.233.313	231.461	1.729.444

Ramos	Distribuição de prêmio líquido de resseguro 31 de dezembro de 2022					
	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total Geral
Acidentes pessoais coletivos	9.828	10.487	2.787	185.632	35.557	244.291
Acidentes pessoais Individuais	5.294	4.522	754	33.692	7.711	51.973
Auxílio Funeral	3.149	2.335	446	30.365	6.493	42.788
Doenças Graves ou Doença Terminal	8.746	8.144	2.699	58.422	12.618	90.629
Perda de Certificado de Habilitação de voo	109	24	10	2.260	47	2.450
Dotal Misto	1.103	1.695	219	7.309	4.148	14.474
Prestamista	5	395	-	84.290	12.864	97.554
Renda de eventos aleatórios	14.771	31.428	7.496	74.129	28.849	156.673
Educacional	-	-	-	(15)	-	(15)
Vida em Grupo	6.759	5.215	1.952	143.059	30.668	187.679
Vida Individual	49.607	50.263	8.057	523.881	70.842	702.650
Total	99.397	114.508	24.420	1.143.024	209.797	1.591.146

Ramos	Distribuição de prêmio bruto de resseguro 31 de dezembro de 2021					
	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total Geral
Acidentes pessoais coletivos	7.647	9.354	2.871	163.205	21.033	204.110
Acidentes pessoais Individuais	5.310	4.618	793	31.309	7.545	49.575
Auxílio Funeral	2.862	2.084	451	28.551	4.801	38.749
Doenças graves ou Doença Terminal	9.241	9.154	3.244	56.376	11.132	89.147
Perda de Certificado de Habilitação de voo	126	35	11	2.542	60	2.774
Dotal Misto	1.371	2.541	271	8.314	4.682	17.179
Prestamista	-	361	-	75.389	9.516	85.266
Renda de eventos aleatórios	16.755	37.796	9.155	84.551	32.896	181.153
Educacional	-	-	-	15	-	15
Vida em Grupo	6.759	5.328	1.849	145.094	25.325	184.355
Vida Individual	45.313	42.188	7.864	376.075	64.819	536.259
Total	95.384	113.459	26.509	971.421	181.809	1.388.582

Ramos	Distribuição de prêmio líquido de resseguro 31 de dezembro de 2021					
	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total Geral
Acidentes pessoais coletivos	7.466	9.133	2.803	159.349	20.536	199.287
Acidentes pessoais Individuais	4.801	4.175	717	28.303	6.821	44.817
Auxílio Funeral	2.863	2.085	451	28.561	4.802	38.762
Doenças Graves ou Doença Terminal	7.516	7.446	2.639	45.852	9.054	72.507
Perda de Certificado de Habilitação de voo	109	30	9	2.191	52	2.391
Dotal Misto	1.371	2.541	271	8.314	4.682	17.179

Ramos	Distribuição de prêmio líquido de resseguro 31 de dezembro de 2021					
	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total Geral
Prestamista	-	346	-	72.357	9.133	81.836
Renda de eventos aleatórios	13.191	29.758	7.208	66.569	25.900	142.626
Educacional	-	-	-	15	-	15
Vida em Grupo	5.746	4.530	1.572	123.358	21.531	156.737
Vida Individual	44.377	41.316	7.701	368.305	63.480	525.179
Total	87.440	101.360	23.371	903.174	165.991	1.281.336

Testes de sensibilidade: A Seguradora efetua o teste de sensibilidade com o objetivo de demonstrar o impacto de uma mudança possível e razoável nas requisitadas através da Circular SUSEP nº 648/2021. A variável inflação gerou um impacto imaterial nestes indicadores uma vez que é um risco mitigado pela política interna de investimentos e gestão do casamento de ativos e passivos. Desta maneira, um choque na inflação tem o mesmo impacto tanto no passivo quanto no ativo. Assim como a inflação, a variável do índice de conversibilidade também gerou um impacto imaterial, uma vez que a Seguradora utiliza atualmente a premissa de 100% na apuração do TAP. O impacto das demais variáveis em 31 de dezembro de 2022 foram testados através do aumento e redução de premissas relevantes sensibilizando o resultado e o patrimônio líquido, conforme tabela abaixo:

Seguros e Previdência - 31 de dezembro de 2022		Efeito no Resultado/Patrimônio Líquido		
Variáveis	Premissas	Bruto de Resseguro	% Resultado	% PL
Mortalidade	Aumento de 15,00%	(53.189)	(36,90%)	(7,20%)
Mortalidade	Redução de 15,00%	53.189	36,90%	7,20%
Sobrevivência	Aumento de 20,00%	(5.972)	(4,10%)	(0,80%)
Sobrevivência	Redução de 20,00%	-	-	-
Invalidez	Aumento de 25,00%	(41.355)	(28,70%)	(5,60%)
Invalidez	Redução de 25,00%	41.355	28,70%	5,60%
Taxa de juros	Aumento de 1,00%	(3.088)	(2,10%)	(0,40%)
Taxa de juros	Redução de 1,00%	1.799	1,20%	0,20%

Variáveis		Efeito no Resultado/Patrimônio Líquido		
	Premissas	Líquido de Resseguro	% Resultado	% PL
Mortalidade	Aumento de 15,00%	(42.935)	(29,80%)	(5,80%)
Mortalidade	Redução de 15,00%	42.935	29,80%	5,80%
Sobrevivência	Aumento de 20,00%	(5.972)	(4,10%)	(0,80%)
Sobrevivência	Redução de 20,00%	-	-	-
Invalidez	Aumento de 25,00%	(20.964)	(14,60%)	(2,80%)
Invalidez	Redução de 25,00%	20.964	14,60%	2,80%
Taxa de juros	Aumento de 1,00%	(3.088)	(2,10%)	(0,40%)
Taxa de juros	Redução de 1,00%	1.799	1,20%	0,20%

(b) Risco de mercado: Risco de mercado pode ser definido como a volatilidade de resultados inesperados, relacionados com a possibilidade de perdas em atividades no mercado financeiro. Podem, por exemplo, ocorrer prejuízos como resultado da movimentação da taxa de juros, alteração dos níveis cambiais e índices de mercado, entre outros. Destacam-se como principais composições na carteira da Seguradora, investimentos pré-fixados e indexados aos índices de preços IPCA e IGP-M e de juros (CDI). Vale ressaltar que os ativos marcados na curva, ou seja, aqueles ativos que serão carregados até seus respectivos vencimentos, são precificados em função das taxas acordadas quando de suas aquisições. Para os ativos marcados a mercado (MtM), a precificação se dá através da utilização de preços/estruturas de taxas de juros correntes e referenciais de mercado. As principais ferramentas e variáveis de risco considerados na análise da carteira, são: o *Value at Risk* (VaR), que pode ser definido como a perda potencial de um portfólio dado um intervalo de confiança, em um período de tempo; o DV01 que é a análise de sensibilidade de todos os fluxos de pagamento da carteira; e os testes de estresse que são choques geralmente horizontais nos preços de mercado. Tais análises são realizadas pela equipe técnica da Seguradora, calçada de sistema específico de risco de mercado a fim de preservar o patrimônio da Seguradora bem como suportar o planejamento e controle para tomadas de decisões. A tabela abaixo apresenta uma análise de sensibilidade nos principais grupos de ativos financeiros marcados a mercado da Seguradora.

Grupo (*)	Aumento de 1% na taxa	Queda de 1% na taxa
PRE	1.790	(1.790)
CDI	(2.080)	2.080
IPCA	(4.666)	4.666

(*) Valores em milhares de reais

(c) Risco de crédito: O risco de crédito consiste na possibilidade da ocorrência de perdas decorrentes de eventual não cumprimento, pela contraparte, de suas obrigações financeiras, nos termos pactuados, ou de deterioração de suas condições creditórias (*ratings*). • *Controle do risco de crédito por meio da política de investimentos:* Com o objetivo de administrar a sua exposição ao risco de crédito, a Seguradora possui uma política de investimentos onde são priorizados os investimentos em títulos públicos federais e um percentual reduzido em títulos de crédito privado com boa classificação de risco pelas maiores agências de classificação de risco. O cumprimento da referida política é acompanhado pelo departamento de Investimentos, que está subordinado à diretoria financeira da Seguradora. A gestão de riscos de crédito da Seguradora é determinada segundo avaliações econômico-financeiras e regulamentares, sendo os recursos de caixa da Companhia e ativos financeiros investidos (ou reinvestidos) somente em contrapartes com alta qualidade de *rating* de crédito. A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros detidos pela Companhia, com exceção dos títulos públicos federais e fundos de investimentos não exclusivos, distribuídos por *rating* de crédito fornecidos por agências renomadas de *rating*:

Emissor	Rating	Agência	2022	2021
Bradesco	Aaa.br	Moody's	285	54.147
Aegae	AA(bra)	Fitch	154	2.059
AES Brasil	AA(bra)	Fitch	59	356
Algar Telecom	brAAA	S&P	209	2.602
Americanas (nota 29)	AA+(bra)	Fitch	307	-
B3	AAA.br	Moody's	28	-
Banco ABC	AA(bra)	Fitch	219	1.165
Banco Alfa	AA(bra)	Fitch	43	142
Banco BMG	A(bra)	Fitch	414	4
Banco BTG Pactual	AA(bra)	Fitch	516	191
Banco BV	AA.br	Moody's	610	-
Banco C6	brA-	S&P	211	2.954
Banco Caixa	AA(bra)	Fitch	164	660
Banco CNH	AAA(bra)	Fitch	3	1
Banco Daycoval	AA.br	Moody's	-	3.713
Banco do Brasil	AA+(bra)	Fitch	187	-
Banco GMAC	AAA(bra)	Fitch	273	1
Banco Industrial	A+-br	Moody's	630	855
Banco Itaú	Aaa.br	Moody's	759	912
Banco John Deere	AAA(bra)	Fitch	1	3
Banco Mercantil	brA	S&P	503	502
Banco Omni	BBB+(bra)	Fitch	198	-
Banco Pan	AA(bra)	Fitch	81	-
Banco Paraná	AA-(bra)	Fitch	387	1.306
Banco RCI Brasil	AA+-br	Moody's	360	4.039
Banco Rodobens	AA(bra)	Fitch	1	1
Banco Safra	brAAA	S&P	53	185
Banco Sicredi	brAAA	S&P	43	4
Banco Toyota	brAAA	S&P	4	5
Bancoob	AA-(bra)	Fitch	-	18.211
BK Brasil	AA(bra)	Fitch	-	3
C&A MODAS	AA-(bra)	Fitch	333	310
Centaurus	brA+	S&P	110	2
Cielo	AAA(bra)	Fitch	2	-
Coelba	brAAA	S&P	44	2
Cogna Educação	AA+(bra)	Fitch	147	279



Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A.

SEGUROS

CNPJ Nº 33.608.308/0001-73

GRUPO MONGERAL AEGON

O critério para constituição para créditos de liquidação duvidosa também leva em consideração as perdas históricas calculadas pelo montante de arrecadações em relação ao montante de emissões nos últimos anos. Em 31 de dezembro de 2022, não foi identificada a necessidade de constituição de provisão de valor recuperável adicional considerando o histórico de recebimentos da operação de resseguro.

10. Imóveis destinados à renda

Em 31 de dezembro de 2022, o imóvel da Companhia destinado à renda está apresentado a seguir:

	Custo	Reavaliação	Total	Valor de mercado
Terrenos destinados à renda				
Residencial Farol de Santa Marta	16.590	265	16.855	25.510

Os valores de mercado dos imóveis destinados à renda (propriedades para investimento) são determinados anualmente somente para fins de divulgação conforme requerido pelo CPC 28 – Propriedade para investimento. No momento esse imóvel não encontra-se arrendado.

11. Participações societárias (a) Movimentação dos investimentos

	2022	2021
Posição Inicial	69.692	41.176
Aporte de Capital/Dividendos	(53.887)	19.589
Sicob Seguradora de Vida e Previdência S.A.	-	20.000
Simple2u Seguros S.A.	1.000	1.800
Dividendos Recebidos - Sicob	(36.875)	-
Dividendos a receber - Sicob	(18.012)	(2.211)
Lucro/Prejuízo por equivalência:	75.237	8.927
Sicob Seguradora de Vida e Previdência S.A.	75.842	9.060
Seguradora Líder Administradora de Seguros - DPVAT	-	36
Simple2u Seguros S.A.	-	(605)
Ajuste Valor de Mercado	31.350	(169)
Transação entre acionistas - mudança no percentual de participação	31.088	-
Ganhos e perdas não realizados com AVM	262	-
Posição final	122.392	69.692

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo da conta de participação societária é composto por Sicob Seguradora no valor de R\$ 119.904 (R\$ 67.598 em 31 de dezembro de 2021), Seguradora Líder – DPVAT no valor de R\$ 462 (R\$ 462 em 31 de dezembro de 2021) e Simple2u Seguros S/A no valor de R\$ 2.026 (R\$ 1.632 em 31 de dezembro de 2021). Ao longo do exercício, foram realizadas três assembleias gerais ordinárias e extraordinárias do Sicob Seguradora, a fim de deliberar a respeito dos pagamentos de dividendos aos acionistas, sendo as datas 28 de março de 2022, 26 de abril de 2022, 30 de junho de 2022. A Companhia recebeu o valor de R\$ 8.608 em 31 de março de 2022 e R\$ 478 em 26 de abril de 2022, sendo R\$ 2.211 provisionados no exercício de 2021, R\$ 6.875 no primeiro semestre de 2022 e R\$ 30.000 em julho 2022. Em 31 de dezembro de 2022 o Sicob Seguradora provisionou dividendos a pagar no montante de R\$ 36.025, cabendo a MAG 50% deste valor no montante de R\$ 18.012. Em dezembro de 2022 foi deliberado em assembleia geral extraordinária o aumento de capital da Simple2u Seguros S.A. no montante de R\$ 1.000, passando-o de R\$ 1.800, para R\$ 2.800, com a correspondente emissão de 1.694.915 ações ordinárias, passando de 1.800.000 ações ordinárias, para 3.494.915 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O aumento de capital foi totalmente subscrito e integralizado pela acionista Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A. A Simple2u cujo patrimônio líquido é de R\$ 2.031, auferiu um prejuízo de R\$ (634) em 31 de dezembro de 2022, que corresponde a um resultado de equivalência patrimonial de R\$ (605) para a Mongeral, após ajustes de partes relacionadas.

(b) Participação societária

				31 de dezembro de 2022	
Nome	País	Negócio	Relacionamento	Participação	Nº de ações
Sicob Seguradora de Vida e Previdência S.A	Brasil	Seguros e Previdência	Controlada em conjunto	50%	29.442
Seguradora Líder Administradora de Seguros DPVAT	Brasil	Seguros	Coligada	3%	429
Simple2u Seguros S.A.	Brasil	Seguros e Ramos Elementares	Controlada	100%	3.495

				31 de dezembro de 2021	
Nome	País	Negócio	Relacionamento	Participação	Nº de ações
Sicob Seguradora de Vida e Previdência S.A	Brasil	Seguros e Previdência	Controlada em conjunto	50%	25.050
Seguradora Líder Administradora de Seguros DPVAT	Brasil	Seguros	Coligada	3%	429
Simple2u Seguros S.A.	Brasil	Seguros e Ramos Elementares	Controlada	100%	1.800

Em 27 de abril de 2016, a Companhia depositou no Banco do Brasil o valor de R\$ 20.000 a título de adiantamento para constituição da nova seguradora Sicob Seguradora de Vida e Previdência S.A. conforme orientação da SUSEP. Em outubro de 2016 foi autorizado o início das operações do Sicob Seguradora. O valor depositado para constituição foi incorporado ao patrimônio do Sicob Seguradora, representando 50% (cinquenta por cento) do capital social e 20.000.000 ações ordinárias. O Sicob Seguradora é uma sociedade de capital fechado, cujo controle é exercido de forma compartilhada pela Companhia e pelo Sicob Participações em Seguridade S.A (“Sicob Par”), cada qual detendo 50% do capital constituído. A participação nos lucros e a distribuição de dividendos aos acionistas são realizadas de forma desproporcional à participação acionária (20% Companhia e 80% Sicob Par Seguridade), pois leva em consideração a expectativa da remuneração do capital aportado e quantidade de ações preferenciais detidas pelo Sicob Par. Concluída a remuneração do capital aportado, as ações preferenciais serão convertidas em ações ordinárias e a participação nos lucros e a distribuição de dividendos passarão a ser proporcionais à participação de cada acionista no capital social (50% Companhia e 50% Sicob Par). A remuneração do capital aportado foi concluída em abril 2022, e as ações preferenciais foram convertidas em ações ordinárias e a participação nos lucros e a distribuição de dividendos passou a ser proporcional à participação de cada acionista no capital social (50% Mongeral e 50% Sicob Par). Os dividendos são, portanto, calculados considerando o lucro auferido e não há dividendos fixos ou outras obrigações contratuais com natureza de instrumento de dívida. Em 27 de julho de 2021 foi deliberado em assembleia geral extraordinária o aumento de capital no Sicob Seguradora no montante de R\$ 40.000. A Mongeral Aegon Seguros e Previdência S/A. subscrevu 5.050.505 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, no valor total de R\$ 20.000. A partir de abril de 2022, o cálculo da equivalência mensal sobre o resultado do Sicob Seguradora, que antes era de 20% (vinte por cento), passa a ser de 50% (cinquenta por cento), considerando à amortização total do saldo pactuado que amparava a distribuição desproporcional de dividendos. Em 27 de dezembro de 2022 foi deliberado em assembleia geral extraordinária o aumento de capital no Sicob Seguradora no montante de R\$ 45.671 mediante a emissão de 8.782.940 ações ordinárias sem valor nominal mediante a incorporação da reserva de lucros, sendo R\$ 8.000 da reserva legal e R\$ 37.671 da reserva de lucros. A Mongeral Aegon Seguros e Previdência S/A. coube 4.391.470 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, no valor total de R\$ 22.836. Com esse aumento o total de capital subscrito é de R\$ 62.836, com total de 29.441.975 ações. O Sicob Seguradora cujo patrimônio líquido é de R\$ 239.807, auferiu um resultado de R\$ 151.684 em 31 de dezembro de 2022, que corresponde a um resultado de equivalência patrimonial de R\$ 75.842 para a Mongeral.

12. Imobilizado

		Taxa anual de depreciação	2021	Aquisições	Baixas	Depreciações	2022
Terreno pra uso próprio			777	-	-	-	777
Edificações	4%	20.121	4.678	-	(1.356)	-	23.443
Equipamentos de informática e telecomunicações	20%	16.001	5.658	-	(5.192)	-	16.467
Móveis, máquinas e utensílios	10%	7.214	2.790	-	(1.694)	-	8.310
Veículos	20%	666	260	-	(189)	-	737
Outras imobilizações (*)	10%	10.783	3.324	-	(2.188)	-	11.919
Total			55.562	18.710	(10.619)	-	61.653

(*) Refere-se à Benfeitoria de Imóveis de Terceiros

		Taxa anual de depreciação	2020	Aquisições	Baixas	Depreciações	2021
Terreno pra uso próprio			777	-	-	-	777
Edificações	4%	17.983	3.246	-	(1.108)	-	20.121
Equipamentos de informática e telecomunicações	20%	9.262	12.094	-	(5.355)	-	16.001
Móveis, máquinas e utensílios	10%	7.430	1.305	-	(1.521)	-	7.214
Veículos	20%	478	550	(262)	(100)	-	666
Outras imobilizações	10%	11.761	1.127	-	(2.105)	-	10.783
Total			47.691	18.322	(262)	(10.189)	55.562

13. Intangível

	2021	Adições	Baixas	Amortizações	2022
Desenvolvimento de software	109.651	62.169	-	(44.888)	126.932
Marcas e patentes	57	-	-	-	57
Total	109.708	62.169	-	(44.888)	126.989
	2020	Adições	Baixas	Amortizações	2021
Desenvolvimento de software	96.755	47.459	-	(34.563)	109.651
Marcas e patentes	57	-	-	-	57
Total	96.812	47.459	-	(34.563)	109.708

As aquisições de intangíveis estão relacionadas ao aprimoramento dos sistemas operacionais e expansão da tecnologia destinada aos canais de distribuição, relacionamento, vendas e suporte aos clientes e parceiros, tais como: Projeto Squad Expansão de Parcerias, Venda Digital, Jornada de Relacionamento e Atualização Tecnológica e Projeto IFRS.

14. Obrigações a pagar

	2022	2021
Circulante		
Fornecedores	16.634	15.878
Participação nos lucros a pagar	36.086	25.154
Dividendos a pagar	46.397	-
Outras obrigações a pagar	6.122	2.809
	105.239	43.841
Não circulante		
Outras obrigações a pagar	1.313	896
	1.313	896
Total	106.552	44.737

15. Débitos de operações (a) Operações de seguros

							31 de dezembro de 2022	
	Prêmio RVNE	Prêmio Cedido	Prêmios a Liquidar	Comissão Emitida	Comissão a Recuperar	Comissão a Amortizar	Outros	Total
Resseguro Tradicional								
Local	1	4.577	51.289	(32)	(723)	-	17.775	72.887
Admitida	-	1.441	14.716	(13)	(181)	-	2.853	18.816
Resseguro Alta Renda								
Local	-	56.342	203.769	(67.015)	(238.339)	-	-	(45.243)
Admitida	-	11.428	37.417	(18.118)	(60.536)	-	-	(29.809)
	1	73.788	307.191	(85.178)	(299.779)	-	20.628	16.651
							Circulante	16.651
							Não circulante	-
							31 de dezembro de 2021	
	Prêmio RVNE	Prêmio Cedido	Prêmios a Liquidar	Comissão Emitida	Comissão a Recuperar	Comissão a Amortizar	Outros	Total
Resseguro Tradicional								
Local	-	2.522	35.946	(17)	(516)	-	9.892	47.827
Admitida	-	479	11.714	(8)	(220)	-	4.240	16.205
Resseguro Alta Renda								
Local	-	29.434	104.548	(47.925)	(147.315)	-	-	(61.258)
Admitida	-	772	4.839	(3.838)	(1.100)	-	-	673
	-	33.207	157.047	(51.788)	(149.151)	-	14.132	3.447
							Circulante	3.447
							Não circulante	-

(b) Operações de previdência: Em 2 de fevereiro de 2016, a Companhia firmou contrato de resseguro financeiro com o IRB – Brasil Resseguros S.A. pelo prazo de 10 anos, recebendo antecipadamente a título de comissão de resseguro o montante de R\$ 40.000, que é amortizado conforme performance do contrato. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo remanescente dessa operação para amortização é de R\$ 13.230 (em 31 de dezembro de 2021 – R\$ 17.324).

	Prêmio RVNE	Prêmio Cedido	Prêmios a Liquidar	Comissão Emitida	Comissão a Recuperar	Comissão a Amortizar	Outros	Total
Resseguro Tradicional								
Local	-	18.675	104.971	(1.644)	(24.077)	-	11.393	109.318
Admitida	-	3.992	6.648	(72)	(133)	-	1.806	12.241
Resseguro Financeiro								
Local	-	1.364	2.932	-	-	13.230	-	17.526
	-	24.031	114.551	(1.716)	(24.210)	13.230	-	13.199
							Circulante	130.043
							Não circulante	9.042

	Prêmio RVNE	Prêmio Cedido	Prêmios a Liquidar	Comissão Emitida	Comissão a Recuperar	Comissão a Amortizar	Outros	Total
Resseguro Tradicional								
Local	-	35.241	51.500	(7.549)	(7.975)	-	6.713	77.930
Admitida	-	5.022	12.429	(89)	(221)	-	2.877	20.018
Resseguro Financeiro								
Local	-	1.700	3.169	-	-	17.324	-	22.193
	-	41.963	67.098	(7.638)	(8.196)	17.324	9.590	120.141
							Circulante	106.911
							Não circulante	13.230

16. Depósito de terceiros

Os depósitos de terceiros referem-se, principalmente, a prêmios e contribuições, pendentes de identificação, pagos pelos segurados e participantes.

(a) Composição

	2022	2021
Valores a classificar	1.811	2.917
Valores a apropriar VI e VG	7.063	6.331
	8.874	9.248

(b) Saldo por tempo de permanência

	2022	2021
1 a 30 dias	4.607	2.617
31 a 60 dias	2.274	2.443
61 a 120 dias	1.378	3.234
121 a 180 dias	615	954
181 a 365 dias	-	-
Acima de 1 ano	-	-
	8.874	9.248

17. Provisões técnicas e os custos de aquisição diferidos - previdência complementar

(a) Demonstração da movimentação das provisões técnicas

	2021	Consti-tuições	Reversões/ baixas	Encargos financeiros	2022
Circulante					
Provisão de sinistros a liquidar	54.340	346.710	(364.740)	7.601	43.911
Provisão de prêmios não ganhos	25.301	833.061	(830.817)	-	27.545
Provisão de eventos ocorridos, mas não avisados	34.671	31.479	(30.058)	-	36.092
Provisão de resgates ou valores a regularizar	3.180	58.589	(57.477)	-	4.292
Provisão de despesas relacionadas	986	456	(424)	-	1.018
Total	118.478	1.270.295	(1.283.516)	7.601	112.858

	2021	Consti-tuições	Reversões/ baixas	Encargos financeiros	2022
Não circulante					
Provisão matemática de benefícios concedidos	184.452	33.997	(32.313)	10.434	196.570
Provisão matemática de benefícios a conceder	249.238	30.373	(46.519)	26.571	259.663
Provisão de excedente financeiro	-	4	26	(27)	3
Provisão de riscos não expirados	2.913	1.230	(1.871)	-	2.272
Provisão de despesas relacionadas	436.607	65.626	(80.730)	37.005	458.508

	2020	Consti-tuições	Reversões/ baixas	Encargos financeiros	2021
Circulante					
Provisão de sinistros a liquidar	57.219	338.906	(350.968)	9.183	54.340
Provisão de prêmios não ganhos	22.966	850.558	(848.223)	-	25.301
Provisão de eventos ocorridos, mas não avisados	27.184	28.818	(21.331)	-	34.671
Provisão de resgates ou valores a regularizar	3.018	66.832	(66.670)	-	3.180
Provisão de despesas relacionadas	1.895	1.330	(2.239)	-	986
Total	112.282	1.286.444	(1.289.431)	9.183	118.478

	2020	Consti-tuições	Reversões/ baixas	Encargos financeiros	2021
Não circulante					
Provisão matemática de benefícios concedidos	158.217	18.114	(26.691)	34.812	184.452
Provisão matemática de benefícios a conceder	243.434	27.129	(39.438)	18.113	249.238
Provisão de excedente financeiro	-	-	-	-	-
Provisão de riscos não expirados	5	1	(2)	-	4
Provisão de despesas relacionadas	3.533	4.594	(5.214)	-	2.913
Total	405.189	49.838	(71.345)	52.925	436.607

(b) Demonstração da movimentação dos custos de aquisição diferidos

	2022	2021
Saldo no início do exercício	4.521	5.062
Constituições	5.514	2.511
Apropriações	(2.615)	(3.052)
Saldo no final do exercício	7.420	4.521

	2021	2020
Circulante	3.553	2.933
Não Circulante	3.867	1.588

18. Provisões técnicas e os custos de aquisição diferidos – seguros

(a) Demonstração da composição das provisões técnicas por ramo

	Provisão bruta de resseguro		(-) Parcela de resseguro		(=) Provisão líquida
	2022	2021	2022	2021	2022
Acidentes pessoais coletivos					
Provisões de prêmios não ganhos	4.723	5.395	905	201	3.818
Sinistros a liquidar	36.697	26.092	228	125	36.469
Sinistros ocorridos e não avisados	10.270	6.123	229	345	10.041
Provisão de despesas relacionadas	1.976	1.675	-	-	1.976
	53.666	39.285	1.362	671	52.304

Vida em grupo	</
---------------	----

c) Demonstração da movimentação dos custos de aquisição diferidos

	2022	2021
Saldo no início do exercício	72.559	57.696
Constituições	42.357	50.654
Apropriações	(37.539)	(35.791)
Saldo no final do exercício	77.377	72.559
Circulante	37.281	35.496
Não Circulante	40.096	37.063

19. Desenvolvimento de Eventos e Sinistros

A tabela de desenvolvimento dos sinistros tem a finalidade de avaliar o comportamento dos sinistros pagos e dos sinistros pendentes, para cada ano de ocorrência, conforme segue. Para tal avaliação, foram utilizadas as bases dos Quadros Estatísticos SUSEP (QE's) 376 (Seguros de Pessoas) e 379 (Previdência e Vida Individual), além do saldo contabilizado para a data-base analisada. Os valores informados são brutos de cosseguro e resseguro.

• Desenvolvimento do Segmento de Seguros de Pessoas

SINISTROS INCORRIDOS						
SEGUROS	2017	2018	2019	2020	2021	2022
No ano da ocorrência	160.318	125.975	137.140	199.335	452.554	404.470
Até 1 ano após o ano da ocorrência	196.441	156.751	176.128	261.360	539.982	-
Até 2 anos após o ano da ocorrência	200.947	159.765	180.927	268.482	-	-
Até 3 anos após o ano da ocorrência	202.121	161.456	184.267	-	-	-
Até 4 anos após o ano da ocorrência	202.636	162.841	-	-	-	-
Até 5 anos após o ano da ocorrência	203.022	-	-	-	-	-

SINISTROS PAGOS						
SEGUROS	2017	2018	2019	2020	2021	2022
No ano da ocorrência	125.007	101.024	108.527	157.736	381.689	322.174
Até 1 ano após o ano da ocorrência	182.568	146.644	163.947	240.325	510.237	-
Até 2 anos após o ano da ocorrência	188.598	151.628	169.893	252.043	-	-
Até 3 anos após o ano da ocorrência	191.697	152.918	173.478	-	-	-
Até 4 anos após o ano da ocorrência	192.994	154.365	-	-	-	-
Até 5 anos após o ano da ocorrência	194.456	-	-	-	-	-

CONSOLIDADO						
SEGUROS	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Estimativa Data-Base (A)	203.022	162.842	184.267	268.482	539.982	404.470
Pagamentos Efetuados (B)	194.456	154.365	173.478	252.043	510.237	322.174
Represent. dos Pagamentos (C) = (B)/(A)	95,78%	94,79%	94,14%	93,88%	94,49%	91,13%
Sinistros Pendentes (D) = (A) - (B)	8.566	8.477	10.789	16.439	29.745	82.296
Sinistros Pendentes anteriores a data de análise	-	-	-	-	-	18.427
PSL Pendente Contabilizada	-	-	-	-	-	174.739

• Desenvolvimento do Segmento de Previdência e Vida Individual

SINISTROS INCORRIDOS						
PREV+VI	2017	2018	2019	2020	2021	2022
No ano da ocorrência	99.358	103.868	115.306	158.958	242.367	208.327
Até 1 ano após o ano da ocorrência	118.247	129.564	134.866	205.633	271.733	-
Até 2 anos após o ano da ocorrência	121.476	131.204	141.738	210.637	-	-
Até 3 anos após o ano da ocorrência	124.864	134.896	143.103	-	-	-
Até 4 anos após o ano da ocorrência	124.963	135.251	-	-	-	-
Até 5 anos após o ano da ocorrência	125.020	-	-	-	-	-

SINISTROS PAGOS						
PREV+VI	2017	2018	2019	2020	2021	2022
No ano da ocorrência	86.262	92.825	99.052	135.366	211.208	177.086
Até 1 ano após o ano da ocorrência	112.335	122.642	129.158	196.717	261.716	-
Até 2 anos após o ano da ocorrência	115.060	124.468	137.003	202.251	-	-
Até 3 anos após o ano da ocorrência	117.922	126.258	138.730	-	-	-
Até 4 anos após o ano da ocorrência	118.538	127.280	-	-	-	-
Até 5 anos após o ano da ocorrência	119.385	-	-	-	-	-

CONSOLIDADO						
PREV+VI	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Estimativa Data-Base (A)	125.020	135.251	143.103	210.637	271.733	208.327
Pagamentos Efetuados (B)	119.385	127.280	138.730	202.251	261.716	177.086
Represent. dos Pagamentos (C) = (B)/(A)	95,49%	94,11%	96,94%	96,02%	96,31%	85,00%
Sinistros Pendentes (D) = (A) - (B)	5.635	7.971	4.373	8.386	10.017	31.241
Sinistros Pendentes Anteriores a data de análise	-	-	-	-	-	19.277
PSL Pendente Contabilizada	-	-	-	-	-	86.901

A primeira tabela demonstra a estimativa bruta de sinistros incorridos acumulados para aquele ano de análise, onde inclui-se todos os movimentos dos sinistros avisados em PSL (pagos ou não), com suas respectivas reavaliações, reaberturas e negativas. Consequentemente, a segunda tabela demonstra o desenvolvimento dos encerramentos destes sinistros via pagamento de indenização aos beneficiários. Até a data-base desta nota, verifica-se que em média, nos últimos seis anos, a Companhia paga mais de 90% dos sinistros pendentes, independente do segmento atuante. A partir de 2020 a MAG Seguros optou por indenizar os casos de débitos relacionados à COVID-19, o que contribuiu para o aumento nos sinistros incorridos e pagos da Companhia. Dentre os sinistros ocorridos em 2021 e avisados até esta data-base, cerca de aproximadamente R\$ 266.700 foram pagos para sinistros relacionados à COVID-19, o que representa 31% dos valores pagos no segmento de Seguros de Pessoas e 41% dos valores pagos no segmento de Previdência e Vida Individual. Esses percentuais diminuíram se compararmos com ocorrências de 2022 para 10% (R\$ 18.100) em Seguros de Pessoas e também 10% (R\$ 31.600) para o segmento de Previdência e Vida Individual.

20. Empréstimos

31 de dezembro de 2022						
31 de dezembro de 2021						
	Data de captação	Prazo Total (meses)	Valor do contrato	Curto prazo	Longo prazo	Taxa Mensal
Banco ABC S.A.	19/11/2020	48	4.065	961	810	1.771
Bradesco S.A.	26/06/2020	12	-	-	-	-
Total			4.065	961	810	1.771

Em 2022 o valor total pago referente a empréstimos e financiamentos foi de R\$46.888 e de juros pagos foi de R\$3.421. Desse valor, R\$45.000 é referente a quitação do empréstimo do Banco Bradesco realizado em 20 de junho de 2022 e R\$1.049 referente ao pagamento do principal do empréstimo com o Banco ABC. Além disso, para esses empréstimos, houve o pagamento de juros no valor de R\$3.135 para o Banco Bradesco e R\$159 para o Banco ABC. Com isso, a posição atual será composta apenas pelo empréstimo do Banco ABC a ser quitado em 18 de novembro de 2024.

21. Provisões para contingências

(a) Detalhamento das provisões para contingências por probabilidade de perda

Contingências fiscais						
31 de dezembro de 2022						
Probabilidade de perda	Valor			Valor		
	Quantidade	reclamado	provisionado	Quantidade	reclamado	provisionado
Possível	34	14.573	-	36	15.573	-
Total	34	14.573	-	36	15.573	-
Contingências trabalhistas (*)						
31 de dezembro de 2022						
Probabilidade de perda	Valor			Valor		
	Quantidade	reclamado	provisionado	Quantidade	reclamado	provisionado
Provável	66	13.156	13.156	67	13.741	13.741
Possível	36	8.503	-	30	6.511	-
Remota	7	4.927	-	11	4.555	-
Total	109	26.586	13.156	108	24.807	13.741

(*) A Seguradora não tem por hábito realizar acordos em processos trabalhistas

Contingências benefícios						
31 de dezembro de 2022						
Probabilidade de perda	Valor			Valor		
	Quantidade	reclamado	provisionado	Quantidade	reclamado	provisionado
Provável	216	29.224	26.798	180	28.338	22.767
Possível	1.070	199.233	74.015	1.092	181.893	68.901
Remota	402	77.484	535	299	57.268	521
Total	1.688	305.941	101.348	1.571	267.499	92.189
Contingências cíveis						
31 de dezembro de 2022						
Probabilidade de perda	Valor			Valor		
	Quantidade	reclamado	provisionado	Quantidade	reclamado	provisionado
Provável	811	14.325	14.325	299	7.385	7.385
Possível	371	12.711	-	394	12.311	-
Remota	98	5.259	-	78	5.095	-
Total	1.280	32.295	14.325	771	24.791	7.385
Total Geral	3.111	379.395	128.829	2.486	332.670	113.315

(b) Movimentação das provisões judiciais

31 de dezembro de 2022						
31 de dezembro de 2021						
No início do exercício	Fiscais			Cíveis (i)		
	Trabalhistas (i)	Benefícios (ii)	Total	Trabalhistas (i)	Benefícios (ii)	Total
Constituições/reestimativas	-	13.741	92.189	7.385	113.315	120.700
Liquidações	-	527	33.004	6.736	40.267	47.003
Atualizações	-	(927)	(49.897)	(1.410)	(52.234)	(53.644)
No final do exercício	-	13.156	101.348	14.325	128.829	143.154
31 de dezembro de 2021						
No início do exercício	Fiscais			Cíveis (i)		
	Trabalhistas (i)	Benefícios (ii)	Total	Trabalhistas (i)	Benefícios (ii)	Total
Constituições/reestimativas	-	11.109	92.728	5.875	109.712	115.587
Liquidações	-	1.770	10.503	2.109	14.382	16.491
Atualizações	-	(189)	(25.766)	(1.020)	(26.975)	(27.995)
No final do exercício	-	13.741	92.189	7.385	113.315	120.700

(i) Registrado em Outros Débitos – Provisões Judiciais; (ii) Registrado em Provisões Técnicas.

(c) Depósitos judiciais

2022			2021		
Sinistros	21.294	20.319	2.125	1.928	1.928
Tributos	4.350	4.084	3.857	3.664	3.664
Trabalhistas	31.626	29.995	-	-	-
Cíveis e administrativos	-	-	-	-	-

(d) Descrição resumida das principais ações - Fiscais: Existem 58 processos de natureza tributária, dos quais 34 a Seguradora é parte ré e 24 a Seguradora é parte autora, sendo que todas as mencionadas ações possuem probabilidades de perda "possível". Com relação à COFINS, a causa relevante que havia foi encerrada com derrota parcial da Companhia em 2022. Nesta ação discutia-se o direito de não recolhimento da contribuição, cujos fatos geradores estavam compreendidos entre fevereiro de 1999 a dezembro de 2000. Há depósitos judiciais em 2022 no montante R\$ 2.125 (2021 – R\$ 1.928). Cíveis: Existem 1294 processos de natureza cível que estão em diversas fases de tramitação dos quais 1280 a Seguradora é parte ré e 14 a Seguradora é parte autora. Tais processos envolvem principalmente a discussão referente à devolução de contribuições. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída provisão apenas para os casos classificados com probabilidade de perda provável, à ordem de 100% do valor em risco. Esses percentuais foram estabelecidos com base nos percentuais de perdas históricas da Seguradora para essas probabilidades, a qual está registrada na rubrica "Outros Passivos Contingentes - Contingências Cíveis", no montante de R\$ 14.325 em 2022. Há depósitos judiciais no montante de R\$ 3.857 em 2022 e (2021 – R\$ 3.664). Trabalhistas: Existem 110 ações trabalhistas que estão em diversas fases de tramitação, das quais 109 a Seguradora é parte ré e 1 em que a Seguradora é parte autora. Os processos trabalhistas se referem, em sua maioria, em ações movidas por ex-funcionários e por ex-prestadores de serviços que pleiteiam o vínculo empregatício. Essas ações encontram-se em diversas fases de tramitação motivo pelo qual a previsão de desembolso fica prejudicada. O provisionamento é efetuado com base na classificação de risco de perda de cada ação e considera que a Companhia não adota a prática de fazer acordos para extinção de ações. Há depósitos judiciais no montante de R\$ 4.350 em 2022 e (2021 – R\$ 4.084). Benefícios: Existem 1.688 processos de natureza benefício (relacionados a sinistros) que estão em diversas fases de tramitação. Tais processos envolvem principalmente a discussão de pagamentos de benefícios e resgates de previdência complementar. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída provisão para os casos classificados com probabilidade de perda provável, possível e remota. O critério de contabilização das provisões referente aos processos de benefícios são os seguintes: 0,69% para causas remotas (2021 – 0,91%), 37,15% para as causas possíveis (2021 – 37,88%) e 91,70% para as causas prováveis (2021 – 80,34%). Esses percentuais foram estabelecidos com base nos percentuais de perdas históricas da Seguradora atualizados para 2022 para essas probabilidades, a qual está registrada na rubrica "Reservas Técnicas" no montante de R\$ 101.348 em 2022. Há depósitos judiciais no montante de R\$ 21.294 em 2022 e (2021 – R\$ 20.319).

22. Outras Provisões

Referem-se a provisões para pagamento de acordos e parcerias comerciais calculados considerando as estimativas de receitas líquidas das despesas dos contratos. O incremento em relação ao ano anterior deve-se à redução de despesas de sinistros em decorrência da queda de sinistralidade dos casos de COVID.

23. Arrendamentos

(a) Financiamentos para aquisição de ativos: A seguradora manteve os seguintes contratos de Leasing apresentados a seguir:

31 de dezembro de 2022						
31 de dezembro de 2021						
Prazo Total (meses)	Valor do contrato	Curto prazo	Longo prazo	Total	Valor do contrato	Curto prazo
Daycoval	36	2.491	725	106	831	2.491
Total	2.491	725	106	831	2.491	839

* Em 2022 o valor total pago referente a Leasing foi de R\$839 e de juros pagos foi de R\$127.

(b) Arrendamento locação imóveis: Os ativos de direito de uso da Companhia estão relacionados a locação de imóveis. Para o cálculo da depreciação foi utilizado o método linear, considerando o prazo de vigência de cada contrato. A taxa considerada no estudo foi o indexador de cada contrato, com projeções de reajuste de acordo com a vigência do mesmo. Para os contratos com prazo indeterminado, o prazo foi calculado pela média de permanência dos contratos existentes até a data do estudo.

• Ativos de direito de uso: Valores registrados na rubrica de Outros valores e bens.

31 de dezembro de 2022						
31 de dezembro de 2021						
Ativos de direito de uso	Saldo 12/2021	Recálculo	Adições	Baixas	Depreciações	Total
	19.616	5.655	1.469	(131)	(7.241)	19.368
Total	19.616	5.655	1.469	(131)	(7.241)	19.368

• Passivos de arrendamento: Valores registrados na rubrica de Outros débitos.

31 de dezembro de 2022						
31 de dezembro de 2021						
Passivos de arrendamento	Saldo 12/2021	Pagamentos	Juros	Adições de novos contratos e reavaliações	Baixas por encerramento de contrato	Total
	18.865	(9.274)	1.719	8.643	(1.613)	18.340
Total	18.865	(9.274)	1.719	8.643	(1.613)	18.340

24. Patrimônio líquido

(a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2022, o capital social, autorizado, subscrito e integralizado da Seguradora, é composto de 28.841.651 ações (sendo 26.014.038 ações ordinárias sem valor nominal e 2.827.613 ações preferenciais nominativas sem direito a voto). Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 31 de março de 2021, foi aprovado o aumento de capital social da Seguradora, no montante de R\$ 63.393, mediante a emissão de 3.357.684 ações ordinárias nominativas e integralizado mediante capitalização do excedente da Reserva de Retenção de Lucros. Aprovado pela SUSEP através da Portaria Susep/CGRAJ nº 361 de 09 de setembro de 2021. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 20 de agosto de 2021, foi aprovado o aumento de capital social da Seguradora, no montante de R\$ 250.000, mediante a emissão de 2.827.613 ações preferenciais nominativas sem direito a voto, sem preferência no pagamento de



Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A.

SEGUROS

CNPJ Nº 33.608.308/0001-73

GRUPO MONGERAL AEGON

(b) Resultado com operações de resseguro

	2022	2021
Repasse de prêmios	(264.343)	(202.257)
Recuperação de sinistros	243.746	232.853
Constituição (Reversão) de participação nos lucros	87.940	41.575
	67.343	72.171

(c) Outras receitas e despesas operacionais – seguros

	2022	2021
Despesas com cobrança	(1)	(3)
Consórcio DPVAT	2	23
Provisão para risco de créditos duvidosos	10.798	(2.206)
Outros custos operacionais resseguro	3.944	4.781
Outras	1.005	(5.279)
	15.748	(2.684)

(d) Custos de aquisição - previdência e seguros

	2022	2021
Despesas de corretagem e agenciamento	(401.601)	(319.878)
Despesas de custeamento de vendas	(31.476)	(25.833)
Despesas com serviços técnicos	(2.542)	(1.934)
Consultoria comercial	(116.156)	(99.072)
Campanha de venda	(16.670)	(10.978)
Marketing	(49.506)	(38.670)
Transporte de malotes	(1.066)	(1.149)
Treinamento e desenvolvimento	(3.709)	(4.431)
Outras	(7.042)	(4.340)
	(629.768)	(506.285)

Seguros (388.029) (307.050)
Previdência (241.739) (199.235)

(*) O resultado com Consultoria Comercial refere-se aos gastos com parceiros comerciais na divulgação e vendas dos produtos da seguradora. O crescimento está relacionado diretamente ao incremento das vendas.

(e) Outras receitas e despesas operacionais – previdência

	2022	2021
Receitas com Serviço funeral	1.611	1.809
Receitas com serviços de distribuição	1.057	598
Processos judiciais	(15.332)	(4.341)
Despesas com Serviço funeral	(17.757)	(18.403)
Serviços assistências	703	1.856
Taxa de administração	(3.820)	(3.684)
Provisão para riscos sobre valores a receber	19.178	(3.435)
Restituição Processo	(93)	-
Outras	2.316	7.544
	(12.137)	(18.056)

(f) Despesas administrativas

	2022	2021
Pessoal próprio	(308.716)	(263.997)
Serviços de terceiros	(74.697)	(58.185)
Localização e funcionamento	(135.762)	(101.329)
Publicidade e propaganda	(17.699)	(13.436)
Despesas com donativos e contribuições	(4.794)	(4.208)
Jornais e revistas	(157)	(294)
Publicações	(549)	(505)
Multas	(487)	(339)
Outras	(724)	(905)
	(543.585)	(443.198)

(g) Despesas com tributos

	2022	2021
Impostos	(1.757)	(2.623)
Contribuições	(36)	-
COFINS	(36.485)	(28.747)
PIS	(5.991)	(4.601)
Taxa de fiscalização	(2.423)	(1.968)
Outras	(111)	(247)
	(46.803)	(38.186)

(h) Resultado financeiro

	2022	2021
Receitas financeiras		
Títulos de renda fixa	7.298	4.243
Receitas com fundos de investimentos	185.751	145.007
Outras receitas financeiras	9.792	6.078
Despesas financeiras		
Despesas financeiras sobre provisões técnicas	(175.299)	(162.015)
Outras	(4.961)	(6.992)
	22.581	(13.679)

(i) Resultado patrimonial

	2022	2021
Equivalência patrimonial (*)	75.237	8.890
Outras	-	37
	75.237	8.927

(*) O resultado de equivalência patrimonial é relativo a participação na Sicoob Seguradora e Simple2U.

27. Aposentadorias e Pensões

A Seguradora efetuou contribuições de R\$ 5.182 em 2022 e (R\$ 3.305 em 31 de dezembro de 2021) ao Mongeral Fundo de Pensão. Este plano possui benefícios de Aposentadoria na modalidade de contribuição variável, parcialmente patrocinado pela Seguradora, e de Renda por Invalidez e Pensão por Morte na modalidade de benefício definido, integralmente custeados pela Seguradora, destinados a proporcionar complementação previdenciária. Esses valores estão contabilizados na rubrica “Despesas Administrativas”. Como resultado da avaliação atuarial relativa ao plano de benefício definido, a Seguradora provisionou um valor de R\$ 1.093 em 2022 e (R\$ 925 em 31 de dezembro de 2021), de acordo com os requerimentos do CPC 33, na qual foi quitada no mês corrente e registrada na rubrica “Obrigações a Pagar”.

28. Transações com Partes Relacionadas

(a) Partes relacionadas: As principais transações com partes relacionadas, registradas no resultado da companhia estão resumidas a seguir:

	2022	2021
Mongeral Aegon Administração de Benefícios Ltda	9.199	2.056
Winsocial Administradora de Benefícios Ltda	6.321	5.971
MAG Pagamentos Ltda	555	555
Instituto de Longevidade Mongeral Aegon	1.550	896
Sicoob Seguradora de Vida e Previdência S.A. – rateio de despesas (*)	1.178	929
Sicoob Seguradora de Vida e Previdência S.A. – dividendos a receber (*)	18.012	2.211
Simple2u Seguros S.A.	-	121
Total	36.815	12.739

(*) Registrado em Títulos e Créditos a Receber

(b) Remuneração do pessoal-chave: A despesa incorrida até a data de 31 de dezembro de 2022 com a remuneração do pessoal-chave da Administração totalizou R\$ 25.827 em 2022 e (31 de dezembro de 2021 – R\$ 24.235).

29. Eventos Subsequentes

(i) A controlada Sicoob Seguradora e a MAG Seguros possuem ativos financeiros das Americanas S.A. nos montantes de R\$ 10.461 e R\$ 367, respectivamente. Em janeiro de 2023, a Americanas S.A. entrou em recuperação judicial e as perdas com esses ativos financeiros serão registradas em 2023, pois são ativos mensurados a valor justo. (ii) O Supremo Tribunal Federal decidiu, em 8 de fevereiro de 2023, que uma decisão definitiva exonerando tributos recolhidos de forma continuada perde sua eficácia quando a Corte se pronunciar em sentido contrário. Por maioria de votos, ficou definido que a perda de efeitos é imediata e sem a necessidade de ação rescisória, quando se tratar de decisões proferidas em ação direta ou em sede de repercussão geral. Nesse sentido, a Seguradora fez um levantamento de todas as ações judiciais ativas e passivas dos últimos 5 anos, ou anteriores em caso de recursos em andamento, que poderiam ser impactadas por essa decisão e concluiu que não há efeitos nas demonstrações financeiras de 2022.

DIRETORIA		
Helder Molina Diretor-Presidente		
José Carlos Gomes Mota Diretor	Luiz Claudio do Amaral Friedheim Diretor	Marcelo da Motta Abreu Contador - CRC RJ 096032/O6
Nuno Pedro Correia David Diretor	Raphael de Almeida Barreto Diretor	Nelson Emiliano Costa Atuário - MIBA Registro 1068

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
Membros titulares Nilton Molina (Presidente) Marco Baptist Arie Keim (Vice-Presidente) Fernando Rodrigues Mota Helder Molina Damiaan Frans Rudolf Jacobovits de Szeged Patrick Curtin		
Membros suplentes Sara Molina Roald Ramon Janse		

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da

Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A.

Rio de Janeiro - RJ

CNPJ: 33.608.308/0001-73

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis bem como os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A. (“Companhia”), em 31 de dezembro de 2022, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Estes princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Companhia, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Companhia auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Companhia são relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2022 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

	São Paulo, 27 de fevereiro de 2023	
	ERNST & YOUNG Serviços Atuariais SS, CIBA 57 CNPJ 03.801.998/0001-11	Fernanda Gama Atuário - MIBA 947

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

O Comitê de Auditoria da MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A. (“Companhia”) é órgão estatutário, instituído pela Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária de 31 de março de 2017 e no âmbito de suas atribuições, está subordinado ao Conselho de Administração e em funcionamento de acordo com a Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021.

De acordo com o que estabelece seu Regimento Interno, compete ao Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração na supervisão da elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, na avaliação da prestação dos serviços de auditoria externa, além do acompanhamento das atividades da área de controles internos e avaliação da efetividade da auditoria interna e na supervisão da implementação e operacionalização da estrutura de gestão de riscos. O Comitê de Auditoria desenvolveu os trabalhos conforme seu Regimento Interno e plano de atividades para o 2º semestre de 2022.

Com base nos resultados das atividades desenvolvidas, e nos pareceres dos auditores independentes, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social do ano findo em 31 de dezembro de 2022 da Companhia.

Ainda, no cumprimento das suas atribuições, e conforme disposto com a Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021 e no seu Regimento Interno, nada veio ao conhecimento do Comitê de Auditoria durante os seus trabalhos, que o leve a considerar que os sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos da Companhia não estejam estruturados para propiciar o adequado registro e controle das operações, bem como das disposições legais e dos normativos regulatórios vigentes. O relatório completo das atividades do Comitê encontra-se arquivado na sede da Companhia.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2023.		
Paulo Pereira Ferreira Presidente do Comitê de Auditoria		
Elizabeth Vieira Valente Bartolo Membro do Comitê de Auditoria	Thomás Costa de Sá Membro do Comitê de Auditoria	

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A. (“Seguradora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade

é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das coligações para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Seguradora. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Seguradora. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2023		
	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP000160/O-5	Claudia Eliza Medeiros de Miranda Contador CRC 1RJ087128/O-0